



FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

1º RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO: 2021-2023

Primeiro relatório parcial de Autoavaliação, realizado pela Comissão Própria de Avaliação, a ser entregue ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira- INEP/MEC, como requisito do processo de avaliação previsto no SINAES.

Anápolis – GO

2022



1. Introdução

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – da Faculdade Raízes apresenta o **Primeiro Relatório Parcial de Autoavaliação** referente ao triênio 2021-2023, conforme a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065**, resultante das atividades durante o ano de 2021, o qual compreendeu um processo que se qualifica como construção coletiva de conhecimentos geradores de reflexões com o objetivo geral de melhoria da qualidade das atividades pedagógicas, científicas, administrativas e de relações sociais, tanto no interior da IES quanto com a sociedade.

1.1 Dados da Instituição:

A Faculdade Evangélica Raízes é uma Instituição de Ensino Superior (IES), inscrita no CNPJ sob o N° 01.060.102/0007-50, situada na Rua Floriano Peixoto, N° 900, Centro, CEP 75.043-200, município de Anápolis, estado de Goiás; ela é mantida pela Associação Educativa Evangélica, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede em Anápolis, Estado de Goiás, Av. Universitário, km 3,5, Cidade Universitária, inscrita no CNPJ sob o N° 01.060.102/0001-65, com foro na cidade de Anápolis, Estado de Goiás. A Faculdade Raízes é credenciada pelo Ministério da Educação para ministrar o curso de Direito que teve sua primeira turma de concluintes no 2º Semestre de 2010.

O curso oferece 180 (cento e oitenta) vagas semestrais para o turno noturno do 1º ao 10º períodos.

1.2 Composição da CPA

NOMES	SEGMENTO QUE REPRESENTA
Helder Lincoln Calaça	Representante Docente – Coordenador da CPA
Fábio Norberto de Souza	Representante técnico-administrativo
Luana Silva Cripim Leal	Representante Discente
Ezequiel José Leal	Representante Sociedade Civil
Djalma Maciel de Lima	Representante da Mantenedora Associação Educativa Evangélica



1.3 Planejamento Estratégico do Ciclo Avaliativo 2021-2023.

A CPA buscou realizar uma avaliação mais reflexivo-participativa do que descritivo-analítica com a finalidade de promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população beneficiária.

Diante da necessidade de realizar uma avaliação eficaz e produtora que fomenta a cultura de avaliação institucional, a comissão norteou-se pelos indicadores constantes nos 05 eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861/2004, que institui o SINAES. Para tanto, a comissão planejou o processo de avaliação estrategicamente, usando os recursos disponíveis de forma eficiente, aumentando a coleta de dados, sua análise e a confiabilidade no sentido de que os mesmos realmente sejam o reflexo dos fatos, ideias, pensamentos e impressões da população beneficiária.

O plano estratégico foi consubstanciado considerando os seguintes pontos: quanto à missão da comissão, a qual é conduzir os processos de avaliação internos da IES, além de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES, observada a legislação pertinente; quanto à visão expressa no PDI, ou seja, que a IES pretende ser uma instituição reconhecida nacionalmente pela excelência no ensino jurídico e sua visão ética e cristã; quanto aos valores, expressos nas premissas institucionais dos princípios cristãos e éticos, do respeito à diversidade, da excelência no ensino, pesquisa e extensão, da solidariedade, da valorização do professor e da valorização do aluno; e, por fim, quanto à atuação da comissão nos desdobramentos da estratégia, deu-se implementando as ações descritas na metodologia.

Conforme Plano de Avaliação Institucional, foram avaliadas no ano de 2021, os Eixos 1: Planejamento e Avaliação Institucional, Eixo 3: Políticas Acadêmicas e Eixo 4: Políticas de Gestão.



2. Metodologia

A avaliação realizou-se por meio da aplicação de questionários (*survey monkey*, *Google Docs*); grupo focal com participação voluntária; conversas informais; análise documental (PPCs, relatórios do INEP, atas, regulamentos, planos de ensino, provas, resultado do ENADE); reuniões com o Corpo Docente, participação em reuniões com, representantes de turmas, os membros do NDE e representantes da Mantenedora; análise de dados quantitativos (INEP, ingressantes, evadidos etc); intercâmbio de informações com a Ouvidoria.

O processo foi operacionalizado a partir da sequência de etapas destinadas à obtenção das informações necessárias para subsidiar o processo analítico da instituição. Inicialmente foi realizada campanha de divulgação do projeto de Avaliação Institucional por meio de reuniões em grupos focais, divulgação no site da IES. Em seguida, realizada campanha de sensibilização com visitas às salas de aula e divulgação do sítio da CPA no site institucional no intuito de esclarecer a estrutura e a importância do processo avaliativo.

A IES vem se apoderando de todos os instrumentos de avaliação, realizados tanto pela comunidade acadêmica, bem como pelas avaliações externas, fazendo com que a IES veja suas potencialidades e fragilidades, servindo como instrumento de gestão.

A CPA da Faculdade Raízes divulgou as conquistas das avaliações da comunidade acadêmica por meio de banners que foram expostos nos corredores da IES, bem como por meio de seu link no site da IES, onde toda a comunidade acadêmica pode acompanhar desde o Projeto de Avaliação Institucional bem como os relatórios parciais e finais do ciclo avaliativo.



3. Desenvolvimento

Neste tópico, são apresentados os dados e as informações coletados e que são pertinentes a cada eixo e dimensão abaixo relacionados, de acordo com o PDI e a identidade da Faculdade Raízes de acordo com o item 3.3 da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES 065:

3.1. Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

A avaliação interna consiste no processo contínuo e participativo de autoconhecimento do curso, de análise da sua realidade, da sua organização e de sua ação, buscando sistematizar informações e interpretá-las para identificar os avanços e as dificuldades e estabelecer mecanismos que busquem a melhoria dos processos acadêmicos.

Por meio do projeto de avaliação institucional (2021-2023), no ano de 2021, foram desenvolvidos os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Raízes, por meio de um processo de descrição, análise e crítica da realidade da Instituição com a participação de toda comunidade acadêmica e corpo administrativo por meio da metodologia, já exaustivamente explicada no tópico anterior.

Dentre os principais trabalhos realizados pela CPA se destaca:

- *Aplicação semestral de instrumento de avaliação para que os alunos avaliassem o desempenho e atuação dos docentes;*
- *Disponibilização dos relatórios da Ouvidoria a CPA, bem como constatação do retorno imediato dos gestores aos usuários do canal.*
- *Utilização de um grupo de WhatsApp que permite a comunicação das necessidades dos acadêmicos por meio de seus representantes de forma instantânea aos órgãos de direção e gestão da IES: Direção, Coordenação Pedagógica, CPA,*



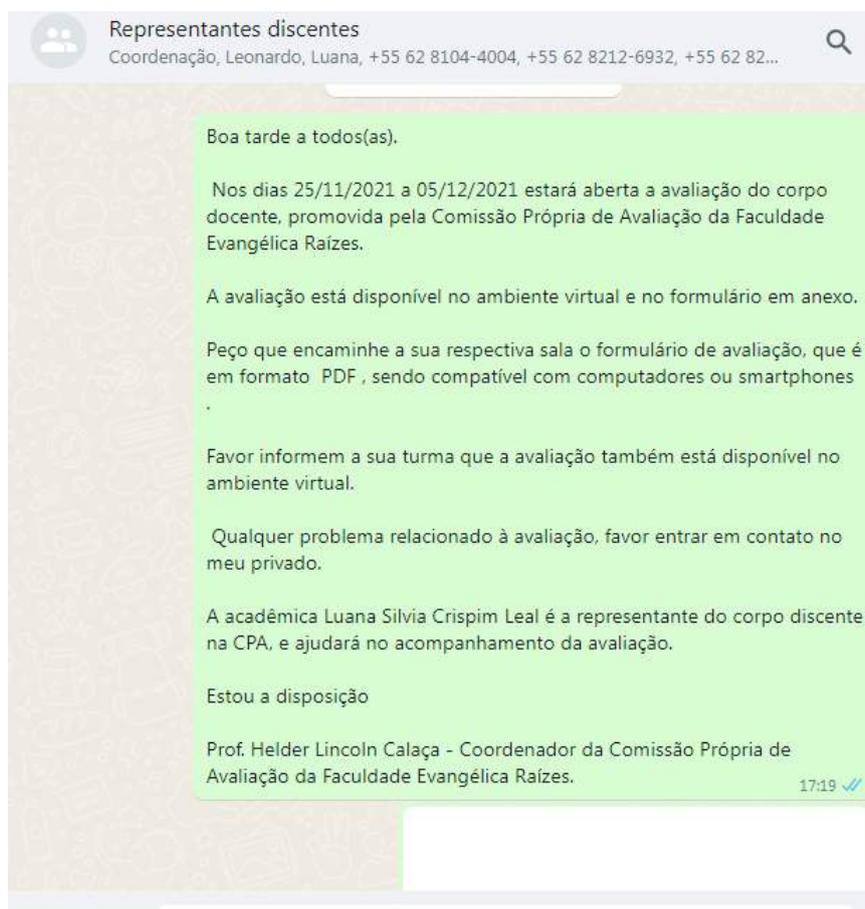
Ouvidoria, Núcleo de Prática Jurídica – (NPJ) Núcleo de Atividades Simulada – NAS, Núcleo de Trabalho de Curso NTC e Diretório Acadêmico.

- *Participação de membros da CPA em reuniões com professores, e órgãos do curso.*

Essas avaliações tiveram a atuação direta ou indireta os membros da CPA, cujos resultados foram repassados à Direção e Coordenação do Curso.

Quanto à avaliação dos docentes pelos discentes: Foram realizadas duas avaliações dos docentes realizada pelos discentes, sempre ao final do semestre, (2021.1 e 2021.2) onde cada docente recebeu, em envelope lacrado, o resultado de sua avaliação, por disciplina, com gráficos e dados estatísticos expressos em porcentagem proporcional à totalidade dos alunos que responderam ao questionário.

A entrega foi feita em envelope lacrado pela coordenação de curso, em reuniões individuais com cada docente, momento em que se refletiu sobre os resultados, com a recomendação a todos de que mantivessem ou buscassem alcançar percentual igual ou acima de setenta por cento ao se somar os dois itens: “concordo completamente” e “concordo”; também foi oportunizado aos docentes manifestarem-se sobre a eficácia deste processo avaliativo; todos concordaram a respeito da forma como as assertivas do questionário foram redigidas.



Avaliação Institucional realizada pelos Discentes: a gestão da IES, ciente da importância do PPC por ser um documento que possibilita o cumprimento da missão institucional estabelecida nos documentos oficiais de curso; que deve ser construído coletivamente; que tem um caráter pedagógico, como o próprio nome diz, visto que nele deve estar explicitado como se dá o processo de formação humana e profissional que a Faculdade Raízes oferece e as concepções de ensinar e aprender que fundamentam esse processo; que, também, é político no sentido de que reflete as concepções de mundo, de sociedade, de cidadania e do papel da nossa Instituição nesse universo, buscou ouvir a opinião e o conhecimento dos alunos a respeito, criando condições para a reflexão e a revisão deste documento, cujo teor traz objetivos e metas a serem alcançadas: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados aptos para a inserção no mundo do trabalho; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; comunicar o saber através do ensino, de publicações



ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, dentre tantos outros. Foi elaborado um instrumento a partir das reuniões realizadas com a mantenedora e demais mantidas com assertivas afirmativas sobre: a organização, distribuição e articulação de saberes das disciplinas ministradas, sobre a interdisciplinaridade, teoria, prática e flexibilização.

Utilização das avaliações externas como instrumento de aprimoramento de gestão da IES: A IES está atenta a todos os resultados das auto avaliações, bem como das avaliações externas, pois se utiliza de todas as potencialidades e fragilidades apontadas para definir as metas a serem atingidas. Segue abaixo o resultado de todas as avaliações externas, bem como se poderá perceber ao longo do presente relatório a utilização dos mesmos:

Conceito Institucional (CI) (Parecer CNE/CES Nº 339/2012 em 05/09/2012) = 03;

Conceito Enade (2012) = 02

Índice Geral de Curso (IGC) 2012 (Portaria Nº 695 de 05/12/2013) = 03;

Conceito Preliminar de Curso (CPC) 2012 (Portaria Nº 695 de 05/12/2013) = 03;

Conceito de Curso (CC) 2010 = 04; 2011 = 03; 2014 = 03;

Conceito Enade (2015) = 02;

Avaliação Institucional (2017) = 04;

Renovação de Reconhecimento de Curso (2018) = 05;

Conceito Enade (2018) = 02

IGC – (2018) = 03

Ao analisar o desenvolvimento institucional da IES a partir das avaliações externas, se percebe que a mesma está em constante ascendência, pois se utiliza das mesmas para aprimorar o serviço prestado a toda comunidade. Um modelo é o relatório de avaliação para Recredenciamento, com a visita realizada em 10/04/2011 à 14/04/2011. A comissão de avaliação externa, ao analisar a Dimensão 8, constatou que não foi demonstrada a uma relação direta entre os resultados das análises e as ações planejadas/realizadas pela CPA.



Já na Avaliação Institucional realizada em 2017, a comissão de avaliação externa constatou que:

“A Faculdade Raízes apresenta uma evolução representativa de constantes mudanças, a partir dos resultados avaliativos e dos ajustes às necessidades sociais e políticas (...), a comissão considera que a demonstração da evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como muito boa em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional” DIMENSÃO 1 : EIXO 1 PLAJENAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 1.1 Evolução Institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

Utilização das avaliações externas como instrumento de aprimoramento de gestão da IES-ENADE: Diante do histórico dos conceitos obtidos, observa-se que a IES tem se empenhado em atingir a excelência no que diz respeito ao teor das dimensões apontadas pelo MEC.

O índice mais baixo obtido pela IES foi do ENADE no ano de 2012, 2015 e 2018 com a nota 02. Desde então, foram implementadas ações para aperfeiçoar os pontos frágeis, sendo que a visita *in loco* de 2017, resultou em nota 04, haja vista que a média das notas obtidas nos quesitos ficou entre 03 e 04.

Nos dias 30/07/2017 a 03/08/2017 por meio da Avaliação Institucional número 131398, a IES foi avaliada, onde é de grande relevância observar o resultado quanto ao Eixo 1 se destaca as seguintes fragilidades e potencialidades. As ações com base nas avaliações serão descritas no tópico específico.

Eixo 1 – Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional

Critério	Potencialidades	Fragilidades	Conceito
1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização	Demonstração da evolução institucional ao longo de 11 anos. Adequação as necessidades sociais e políticas a partir do processo avaliativo.		4



Acadêmica).			
1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional.	CPA com representatividade em todos os seguimentos acadêmicos. Processo de autoavaliação que atende as necessidades institucionais. Ouvidoria Presencial e Remota		4
<u>1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).</u>	<u>Boa participação do Corpo Discente no processo avaliativo.</u>	<u>Deficiência na participação do Corpo Docente e Técnico Administrativo no processo avaliativo</u>	<u>3</u>
1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).	Avaliações externas são utilizadas para complementar as avaliações internas. Planejamento e reestruturação de ações a partir do processo avaliativo externo no âmbito do PPC e PDI. Divulgações a comunidade acadêmica.		4
1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).	Relatórios autoavaliação proporcionam orientação necessária para reformulação de ações institucionais.		4

A IES vem se apropriando dos instrumentos de avaliação interna, disponibilizados pela CPA e Ouvidoria Institucional bem como os externos para cumprir sua missão institucional. Foram analisadas as atas do NDE (Núcleo Docente



Estruturante) e CONSU, se percebe vários assuntos levados para deliberação que tiveram origem nas avaliações internas e externas, dos quais se destacam:

- ✓ Promoção e incentivo a criação de curso pós graduação *estricto sensu*;
- ✓ Avaliação do resultado do ENADE 2018, identificação das fragilidades e criação de estratégias para elevar a qualidade do serviço oferecido pela IES.
- ✓ Apresentação de estudo justificando a necessidade de melhorias na redação dos Planos de Ensino, com a indicação expressa das competências e habilidades em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs para os cursos de Bacharelado em Direito.

3.2. Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A Faculdade Evangélica Raízes, seguindo os propósitos da Associação Educativa Evangélica, fundamentada em princípios cristãos, tem como missão: promover, com excelência, o conhecimento por meio do ensino nos diferentes níveis da pesquisa e da extensão, buscando a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Imbuída de sua missão, a Instituição tem, como valores fundamentais, a competência, o profissionalismo e o trabalho participativo, norteados suas ações por princípios éticos, morais e cristãos.

Conforme Plano de Avaliação Institucional o eixo será analisado no ano de 2022/2023.



3.3. Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

3.3.1 – Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas.

As políticas de ensino da graduação em Direito foram criadas para orientar as atividades voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, refletindo qual é a visão, os objetivos, as disposições, as medidas e procedimentos que refletem a orientação didático-pedagógica da Faculdade Evangélica Raízes, com a finalidade de realizar sua missão institucional.

Ao longo do ano de 2021, foram realizadas duas avaliações, em 23/06/2021 à 05/07/2021 e (25/11/2021 a 05/12/2021), semestrais, no qual foi avaliado o corpo docente pelos acadêmicos, sendo constatadas as seguintes potencialidades e fragilidades, sendo as ações com base nas análises apresentadas ao final, em campo próprio:

Ponto Avaliado	Potencialidades	Fragilidades
Domínio de conteúdo	✓ Docente apresenta domínio no conteúdo.	✓ Docente utilizado como tapa buraco, leciona várias matérias esparsas, não domina o conteúdo e não tem didática.
Prática Pedagógica	✓ Pontualidade e antecedência na postagem dos materiais de apoio e plano de ensino detalhado. ✓ Docente sempre tenta esclarecer as	✓ Docente foge da temática da disciplina e cobra resolução de trabalhos, mais sequer busca corrigílos. ✓ Docente tem domínio da matéria,



	<p>dúvidas.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Material didático muito bem articulado, coincidente com a aula on-line.✓ Docente ministra conteúdo com leveza e demonstra dar o seu melhor em sala de aula.✓ Conteúdo é ministrado compassadamente, sendo repetido quantas vezes for necessário.	<p>mais não sabe repassar.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Docente não anexa no AVA o material da aula, enviando apenas pelo WhtsApp, o que dificulta a leitura do mesmo.✓ Docente não tem material da disciplina.✓ Docente não responde o chat do AVA.✓ Docente apenas lê o material em sala de aula e não demonstra vontade de ensinar.✓ Docente muito prolixo e pouco objetivo.✓ Docente preso a slides.
Plano de ensino e critérios de avaliação objetivos		<ul style="list-style-type: none">✓ Docente não apresenta no início do semestre o plano de ensino e a forma de avaliação.
Avaliação compatível com conteúdos ministrados	<ul style="list-style-type: none">✓ Avaliação condicente ao conteúdo ministrado em sala de aula.	<ul style="list-style-type: none">✓ Avaliação não corresponde ao conteúdo ministrado.



Devolutiva de atividades e avaliações.		<p>✓ Não é apresentada devolutiva imediatamente a aplicação da verificação de aprendizagem.</p> <p>✓ Docente demora publicação das notas das avaliações.</p> <p>✓ Docente não corrige as atividades antes da aplicação da verificação de aprendizagem.</p>
Postura do professor.	<p>✓ Docente é apaixonado no que faz.</p> <p>✓ Docente atencioso, com foco na matéria.</p>	<p>✓ Aula monótona, docente não demonstra ânimo.</p> <p>✓ Docente fala muito da vida pessoal e se perde na ministração do conteúdo.</p> <p>✓ Docente quando questionado sobre a disciplina, responde forma grosseira.</p>
Ministração de temas atuais	<p>✓ Docente sempre leva os alunos a temas atuais e sempre usa exemplos que contribuem para o entendimento da matéria.</p>	<p>✓</p>



	✓ Docente consegue transmitir o conteúdo com boa linguagem, sempre com exemplos atuais.	
Docente/experiência profissional em sala de aula.	✓ Ótima didática possui real conhecimento na disciplina que leciona. ✓ Docente demonstra ser um advogado de excelência, cobrando igual postura dos discentes. ✓ Docente dá dicas valiosas da vida profissional, contribuindo para o aprendizado.	✓ Disciplina não faz parte da área de atuação profissional do docente.
Conteúdos abordados/atuação atividades de iniciação profissional.	✓ Docente tem grande habilidade de fazer o paralelo entre a teoria e a prática.	
Metodologia/aprofundamento em conhecimento e desenvolvimento de competências reflexivas e críticas	✓ Docente inspira alunos a questionarem a toda a realidade que é posta de forma dogmática.	

Após a aplicação da avaliação, os relatórios são enviados na integralidade a Direção e a Coordenação de Curso, sendo realizada reunião individual com cada docente. Ao longo dos anos de trabalho da CPA, ficou constatado que fica melhor



aplicar os relatórios por períodos e por professor, facilitando assim a devolutiva com o docente que ministra conteúdos em vários períodos.

A IES se guia pelas avaliações internas e externas, principalmente quanto ao desempenho dos estudantes no ENADE, implementando todas as ações necessárias para que o processo de pedagógico desenvolvido venha se refletir no EXAME, segue abaixo quadro de desempenho geral dos estudantes no componente de formação Geral e no Componente de Conhecimento Específico da prova do ENADE/2018:

Desempenho geral dos estudantes no Componente de Formação Geral e no Componente de Conhecimento Específico da prova do ENADE/2018, no Curso, na UF, na Grande Região, Categoria Administrativa, Organização Acadêmica e no total Brasil.

		DIREITO					
ENADE		Curso	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Tamanho da população		162	7125	17940	129849	50552	146104
Número de presentes		113	6169	15020	113326	44000	127386
Resultado Geral	Média	36,5	38,1	40,0	40,6	39,1	41,5
	Erro padrão da média	1,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
	Desvio padrão	11,8	14,0	14,6	13,9	13,7	14,4
	Mediana	34,0	36,7	38,7	39,7	38,0	40,7
	Mínimo	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	66,9	87,4	88,9	92,3	91,6	92,3
Formação Geral	Coefficiente de Assimetria	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2
	Média	43,7	45,6	47,8	48,2	46,5	49,4
	Erro padrão da média	1,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
	Desvio padrão	14,4	18,0	18,4	17,5	17,3	18,0
	Mediana	42,0	45,1	47,2	48,1	46,2	49,5
	Mínimo	15,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comp. Específico	Máximo	82,4	96,0	98,6	96,8	96,4	98,6
	Coefficiente de Assimetria	0,4	0,1	-0,0	-0,0	0,0	-0,1
	Média	34,1	35,5	37,4	38,0	36,6	38,9
	Erro padrão da média	1,3	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
	Desvio padrão	13,3	14,8	15,3	14,8	14,6	15,3
	Mediana	32,6	34,1	35,8	36,9	35,5	37,8
Comp. Específico	Mínimo	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Máximo	66,1	88,3	92,2	95,5	92,8	95,5
	Coefficiente de Assimetria	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3

A Coordenação de Curso, que atua no Núcleo Docente Estruturante e no Colegiado de Cursos, é responsável pela elaboração semestral de uma avaliação didático-administrativa da Instituição, apresentado à Comissão Própria de Avaliação, articulando as experiências da sala de aula e da sala de professores com o arcabouço teórico-doutrinário que fundamenta as ações pedagógicas.

Em 2021, a Coordenação de Curso apresentou um estudo justificando a necessidade de melhorias na redação dos Planos de Ensino, com a indicação expressa das competências e habilidades em consonância com as Diretrizes Curriculares



Nacionais/DCNs para os cursos de Bacharelado em Direito. A ideia era fazer com que as competências descritas no artigo 4º das DCNs fossem trabalhadas por semestre, de modo gradativo, considerando as especificidades da progressão dos conteúdos disciplinares e transdisciplinares.

Com o apoio do Núcleo Docente Estruturante e com o aval do Colegiado de Curso, as mudanças foram implementadas no segundo semestre de 2021, mas a Comissão Própria de Avaliação entende que os professores precisam de cursos de formação continuada para entender a relação entre as competências e as habilidades, bem como a importância delas para o aprimoramento cognitivo dos acadêmicos. A sugestão foi para que a formação continuada aconteça a partir dos seminários de atualização docente que acontecem antes de cada semestre letivo. À guisa de exemplo, extrai-se, a seguir, um quadro de competências e habilidades do Plano de Ensino de Direito Civil II (Obrigações I):

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Competências	Habilidades
Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.	Associar vocábulos e expressões de modo a observar as suas especificidades no âmbito do direito das obrigações.
Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica.	Relacionar o uso das novas tecnologias com as relações jurídicas obrigacionais; Avaliar a contribuição das novas tecnologias na solução dos conflitos.
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	Relacionar os conceitos deontológico-profissionais, afetos ao direito das obrigações, aos temas inerentes aos direitos humanos.
Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.	Resolver situações-problema a partir das noções conceituais da Teoria Geral das Obrigações; Estabelecer relações entre o direito das obrigações e a Parte Geral do Código Civil.

Ainda nos Planos de Ensino, a Coordenação de Curso sugeriu a indicação descritiva dos instrumentos de avaliação, fragmentando a pontuação de modo a



identificar as competências e as habilidades na resolução de questões objetivas e discursivas, tentando corrigir as deficiências provocadas pelo afastamento repentino do acadêmico da sala de aula presencial. Nessas condições, o acadêmico passou a reconhecer, nos Planos de Ensino, as datas das avaliações processuais e da avaliação do ciclo, bem como a pontuação atribuída a cada instrumento.

A Comissão Própria de Avaliação entende que a sugestão foi de extrema relevância para o processo didático, pois permitiu aos agentes educativos o reconhecimento dos instrumentos que seriam trabalhados no semestre letivo, ainda marcado com atividades no formato híbrido. De qualquer forma, recomenda que sejam realizados seminários com professores do Curso e com os membros do Colegiado de Curso para que essa descrição não represente um engessamento do docente e um limitador de suas ações. A seguir, apresenta-se o quadro descritivo dos instrumentos de avaliação da 1ª Verificação de Aprendizagem da disciplina Direito Civil II (Obrigações D):

1ª Verificação de aprendizagem (1ª VA) – valor de 0 a 100 pontos.

Avaliação objetiva (*on-line*) - 50 (cinquenta) pontos;

Avaliações contínuas (*on-line*) - 50 (cinquenta) pontos, seguindo o cronograma a seguir:

Dia da atividade	Número de questões	Valor de cada questão	Valor da atividade	Total	Período da atividade
10/08	5	2	10	50	10/08 a 17/08
17/08			10		17/08 a 24/08
24/08			10		24/08 a 31/08
31/08			10		31/08 a 07/09
07/09			10		07/09 a 14/09

A média da 1ª VA será a somatória da nota obtida na avaliação teórica (0-50 pontos) e as notas obtidas nas avaliações contínuas (0-50 pontos). A devolutiva será realizada conforme o cronograma, na condição de *retomada qualificada*. As provas substitutivas, quando requeridas e deferidas (tudo isso pelo Sistema Acadêmico *Lyceum*), serão aplicadas presencialmente ou *on-line* (esta de forma oral), nas datas indicadas no Calendário Acadêmico.



A Coordenação de Curso, a partir de uma recomendação do Núcleo Docente Estruturante, entendeu que seria importante descrever nos Planos de Ensino as metodologias usadas em cada aula. Com o aval do Colegiado de Curso, os Planos passaram a descrever as metodologias usadas em cada aula, envolvendo o conjunto de metodologias ativas, como se vê aqui:

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aula expositiva tradicional: método de aula por meio do qual se apresenta o mesmo nível de informação para a turma antes de uma dinâmica; se sistematizam as reflexões e as relaciona com um dado tema ou se apresentam informações que não poderão ser obtidas facilmente em outro lugar, como uma esquematização da doutrina. Aqui, disponibiliza-se o roteiro da aula para o acompanhamento das informações.

Aula expositiva dialogada: método de aula por meio do qual a condução da aula se dá no diálogo entre acadêmicos e professora. Nesse método, os acadêmicos podem, inclusive, escolher o mote da discussão.

Elaboração e criação de mapas: método de aula por meio do qual os alunos elaboram mapas conceituais, de argumentação, de autores ou até fluxogramas.

Atividade no AVA: método que consiste na atribuição de uma tarefa aos estudantes, com uma ou mais soluções desejadas. Os afazeres geralmente são repetitivos ou apresentam respostas consolidadas, o que permite a produção e a reprodução da técnica (ex. elaboração de peças).

O Núcleo Docente Estruturante/NDE e o Colegiado de Curso foi essencial para a realização de uma atividade de reflexão sobre a prática pedagógica e o processo de avaliação. A Comissão Própria de Avaliação acompanhou a decisão do Colegiado, quando decidiu adotar questões no modelo ENADE para preparar os acadêmicos para a atividade de resolução de problemas. Houve uma sensível melhora nos procedimentos de ensinagem, os quais foram relatados em um documento compartilhado com a comunidade acadêmica. Extraí-se, a seguir, um trecho do documento:

1. Concepção institucional de avaliação

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem tem como princípio fundamental a reflexão sobre as práticas acadêmicas. Tal reflexão envolve a análise do desempenho dos diferentes atores, as condições deste desempenho, tendo em vista melhoria do processo do ensino e da aprendizagem para o alcance dos objetivos educacionais propostos. Deve, pois, permitir identificar as práticas docentes bem sucedidas, assim como as inadequadas, de tal forma que possam ocorrer os ajustes necessários durante o percurso formativo.



É importante considerar que a atuação docente abrange diferentes aspectos formativos, compreendendo aspectos teórico-científicos, técnicos, emocionais e afetivos, assim como as atitudes éticas e políticas, pretendidas para o módulo ou disciplina. Pressupõe o acompanhamento do desempenho docente, com registro de resultados e a reflexão sobre os mesmos, tendo em vista a busca da reafirmação de aspectos fortes e a superação das fragilidades, de forma contínua (ou processual).

De igual modo, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, permite verificar a atuação e o envolvimento do aluno no processo, identificando suas potencialidades e limites, tanto em relação aos conteúdos, quanto às demais competências e habilidades técnicas e atitudinais, necessárias ao cumprimento dos objetivos determinados para o nível acadêmico em que se insere. A avaliação, nessa concepção, tem um caráter diagnóstico e seus resultados devem ser objeto de análise e reflexão por docentes e discentes, buscando o fortalecimento de aspectos positivos e a superação das fragilidades.

A avaliação é parte integrante do processo de formação, possibilitando diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas e identificando mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Os critérios de avaliação são explicitados nos planos de ensino e compartilhados entre professores e alunos de forma a orientar todo o trabalho dentro e fora da sala de aula, possibilitando a construção de um processo pessoal de formação.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem são diversificados, procurando criar instrumentos que fujam das formas convencionais, como: identificação e análise de situações educativas em uma dada realidade; elaboração de projetos para resolver problemas identificados no contexto de prática dos alunos; planejamento de situações didáticas consoantes com a teoria e fundamentos estudados; participação em atividades de simulação; apresentação de trabalhos através de seminários, debates e reflexões; provas e outros recursos previamente aprovados pelo colegiado de professores.

O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo em busca de outros conhecimentos e, principalmente, utilizá-los na prática vivenciada.

A avaliação do desempenho acadêmico é feito por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento dos conteúdos ministrados em cada uma delas. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado, na disciplina, o aluno que não obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco) das aulas e demais atividades programadas. Ao professor da disciplina compete elaborar exercícios sob a forma de leituras, relatórios, consultas, pesquisa e demais trabalhos, bem como julgar e registrar os resultados.

As verificações de aprendizagem da disciplina, em número de 3 (três) por período letivo, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de, no mínimo, 3 (três) provas, sobre formas de



questões objetivas e/ou dissertativas, previstas no calendário escolar, e/ou outras formas de verificação, podendo ser atribuídos pesos, pelo professor, às diferentes atividades, desde que constem no plano de ensino aprovado previamente pelo Colegiado. Em qualquer disciplina, é considerado aprovado o aluno cuja média final seja igual ou superior a 60 (sessenta), obtida do aproveitamento nas 3 (três) verificações de aprendizagem, observada a frequência mínima obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento). Estes e os demais aspectos relacionados à frequência e avaliação do rendimento escolar, são orientados pelo Regimento Geral da Faculdade Evangélica Raízes.

Para superar algumas necessidades referentes às habilidades de leitura e escrita dos alunos em formação, o curso de Direito desenvolve um programa de pesquisa e utilização sistemática da biblioteca, visando, além da necessária fundamentação teórica, que o acadêmico estabeleça contato direto e regular com o acervo disponível por meio da exigência de exercícios constantes que envolvam atividades de leitura e produção de textos, realizados em todas as disciplinas do Curso, num processo em que essas atividades contribuam, simultaneamente, para a superação dessas deficiências e para a aprendizagem dos conteúdos ensinados. O programa busca promover nivelamento em de Língua Portuguesa, oferecendo oportunidade aos acadêmicos de Direito que apresentem dificuldades específicas em relação às habilidades de leitura, escrita e interpretação de textos.

A concepção institucional de avaliação se alinha com o Regimento Geral, aprovado no final de 2020, em vigor a partir de 2021. A avaliação, que se realiza por meio de diversos instrumentos (atividade pós-aula; fóruns e verificações de aprendizagem). Extraí-se, a seguir, o excerto do Regimento Geral que dispõe sobre a verificação de aprendizagem:

3. Matriz de referência para elaboração de provas no modelo ENADE

A avaliação é, no sistema educativo, a oportunidade por meio da qual professores e alunos podem realizar diagnósticos e planejar ações didático-pedagógicas com vistas à melhoria da aprendizagem. É o que defende José Carlos Libâneo (1994, p. 195) ao mencionar que: “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar”.

Dada à importância da avaliação, ela deve ser contínua (formativa ou processual), não se limitando a uma ocasião específica, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Não pode a avaliação se resumir única e exclusivamente à atribuição de notas. É perfeitamente possível que se observe o desenvolvimento da



aprendizagem de um aluno e lhe seja atribuído um conceito, em termo circunstanciado, que relatará suas potencialidades e fragilidades.

O conceito de avaliação parte das determinações de conduta, as quais implicam um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Luckesi (2010) acrescenta que: “o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma decisão de ação.”

A avaliação de aprendizagem, de acordo com o Regimento Geral da Faculdade Evangélica Raízes, é feita por componente curricular (disciplinas, estágios curriculares, trabalhos de conclusão de curso e atividades complementares), incidindo sobre a frequência e o aproveitamento, este é avaliado pelo acompanhamento contínuo do discente e mediante os resultados por ele obtidos nas avaliações realizadas durante o período letivo em cada componente curricular.

A Faculdade Evangélica Raízes adota, neste semestre letivo de 2021/1, diferentes instrumentos de avaliação, cuja descrição consta do Projeto Pedagógico do Curso de Direito e do Plano de Ensino de cada disciplina. São eles: a) atividades pós-aula síncrona, processuais, somando 50 (cinquenta) pontos; b) verificação de aprendizagem, aplicada em semana específica, indicada no Calendário Acadêmico, no valor de 50 (cinquenta) pontos. Vale destacar que essas atividades não anulam as aferições realizadas por meio da frequência e participação dos acadêmicos, da manifestação nos fóruns etc.

Tendo em vista o fato de que os acadêmicos do ensino superior são submetidos, com regularidade, ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE, o Colegiado de Professores da Faculdade decidiu elaborar provas no formato que possibilita observar o desenvolvimento de competências e habilidades ¹, conforme previsto no Plano de Ensino e semelhante ao que se pratica no ENADE.

¹ Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a: I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de



É fato que a equipe de professores tem dificuldade para elaborar provas num formato que transcende o tradicional modelo. Por esse motivo, este material é um texto colaborativo, por meio do qual são discutidas questões relativas à estrutura das questões e à sua forma de apresentação, com vistas à efetiva avaliação das competências e habilidades descritas no plano de ensino.

3.1 Aspectos a serem considerados na elaboração de uma questão Apresentam-se, a seguir, os aspectos a serem considerados na elaboração de uma questão de prova. Esses aspectos foram descritos por Campos (2013) a partir do Guia de Elaboração de Itens do BNI, Enade 2012: objetividade; originalidade; concisão; ordem direta; adequação; simplicidade; correção da linguagem; clareza; precisão; impessoalidade; advérbios e adjetivos;

3.2 Estrutura da questão

A questão será estruturada da seguinte forma: texto-base; enunciados e alternativas.

A estrutura pede que tenha uma dependência entre as partes e que estas se relacionem entre si. A coerência é um fator importante que deve estar presente no texto de cada parte, para que não ocorram contradições, apresentando uma situação-problema que se aplique em todas as partes. No texto-base da questão é apresentado o texto a ser utilizado ou a tabela, figura, esquema, simulacro, estudo de caso, podendo ser opcional ao professor. O mesmo texto-base pode ser utilizado para elaboração de outras questões. O texto-base pode ser de autoria do próprio elaborador ou referenciado por publicações de apropriação pública. Nestes casos é imprescindível a informação da fonte, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Recomenda-se que o elaborador não utilize publicações de sua autoria, se atendo somente a textos inéditos. Outros pontos que devem ser observados na seleção do texto-base:

Deve apresentar uma situação-problema, que tem de ser atual, provocar uma reflexão e uma tomada de decisão;

Deve evitar a exigência de informações decoradas;

Deve se relacionar com as habilidades e competências previstas para o conteúdo que se pretende trabalhar.

O enunciado traz o comando da questão, explicitando o desafio proposto para evidenciar o desenvolvimento da competência. Pode ser expresso como pergunta ou frase a ser completada ou respondida pela alternativa correta (é por essa razão, entre outras, que o enunciado não deve solicitar a marcação de uma alternativa incorreta [distrator]). A adequada formulação do enunciado contribui para a validade da medida de desempenho. O enunciado é onde será informado o que se deseja que o estudante avaliado faça em relação ao item. Outros pontos que devem ser observados na elaboração do enunciado:

Deve apresentar todas as informações necessárias para a realização da questão;

caráter interdisciplinar; e XIV - apreender conceitos deontológico- profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.



Não deve apresentar informações complementares ao texto-base;
Apresenta uma instrução clara e objetiva a ser executada;
Deve se apresentar na forma afirmativa; Deve prezar por termos impessoais.

O enunciado pode se apresentar das seguintes formas:

a) complementação simples: enunciado redigido de forma incompleta, exigindo que as alternativas completem o enunciado proposto. Exemplo: a questão 01 de língua portuguesa trabalha com o seguinte enunciado: “No poema, a autora sugere que:”. O complemento desse enunciado estará nas alternativas.

b) interpretação: enunciado que parte do texto-base, da situação-problema, a partir do qual o acadêmico organizará ideias, dados, informações para resolver a questão. O aluno deve utilizar o texto-base para solucionar o problema. Exemplo: a questão 13 de língua portuguesa apresenta o seguinte enunciado: “A regra de hifenização apresentada no texto explica a grafia da seguinte palavra”. Nesse caso, o aluno deverá ler o texto-base, entendê-lo para, então, identificar a regra que se aplica, de igual modo, às palavras apresentadas nas alternativas.

c) asserção-razão: é o tipo de enunciado que busca a análise de relações. Por isso, é constituído por duas proposições ligadas entre si pela palavra PORQUE. A segunda proposição é uma justificativa da primeira. Nesta prova não há questões com esse tipo de enunciado.

d) múltipla escolha: é o tipo de enunciado que apresenta várias assertivas, que precisam ser analisadas como verdadeiras ou falsas antes que o acadêmico marque a opção que entendeu correta. A questão 11 de Ciência Política (Teoria do Estado) exemplifica esse tipo de enunciado. As alternativas trazem o gabarito, a opção correta e os distratores, as opções incorretas. O gabarito indica, inquestionavelmente, a única opção/alternativa correta e responde à situação-problema proposta no texto-base. Os distratores devem apresentar aparência de resposta correta, mesmo sendo incorretos. Devem ser plausíveis, apresentando hipóteses de raciocínio podendo ser utilizadas na busca da solução da situação-problema apresentada. Não devem apresentar erros grosseiros ou alternativas absurdas, que possam induzir a identificação imediata da alternativa correta. Outros pontos que devem ser observados na elaboração das alternativas:

Não devem ser longas ou repetitivas;

Não devem empregar termos que conduzam à resposta correta por exclusão;

As alternativas incorretas (distratores) devem parecer corretas, ser plausíveis e fazer parte do contexto da questão.

As questões modelo ENADE têm se revelado como um grande desafio para professores e acadêmicos. A Comissão Própria de Avaliação tem ouvido, por meio de entrevista para coleta de dados, acadêmicos relatando dificuldades para desenvolver o raciocínio e professores discorrendo sobre as dificuldades para a elaboração dos



enunciados, para a escolha dos textos-base e para a seleção adequada das alternativas. Em virtude disso, a Comissão tem recomendado a realização de oficinas, seminários, cursos, enfim, atividades de formação continuada docente.

3.3.2 – Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica.

O Núcleo de Pesquisa Científica (NPC) é o setor avançado da Faculdade Raízes de estudos e pesquisas, destinado a coordenar e implementar políticas e ações que estimulem a produção do conhecimento científico, fornecendo condições técnicas para o desenvolvimento de atividades de pesquisas interdisciplinares no campo do Direito.

Se analisando as linhas de pesquisas desenvolvidas se destacam:



Linha de Pesquisa 1: *Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos.* Do estudo das normas penais e processuais às políticas criminais a partir de uma perspectiva crítica da dogmática penal e processual penal, em permanente leitura constitucional.

Linha de Pesquisa 2: *Direito Civil no Mundo Ocidental: permanências e transformações.* Estudo do Direito Civil e Processual Civil através das instituições e normas que regem e organizam o funcionamento da sociedade em que deveres e direitos devem ser respeitados.

Linha de Pesquisa 3: *Direito Constitucional, Direitos Humanos, Democracia e Meio Ambiente.* Análise e interpretação crítica das políticas públicas, do(s) constitucionalismo(s), de suas manifestações sociais e políticas, bem como o estudo das relações entre meio ambiente e desenvolvimento, considerando os instrumentos jurídicos adequados a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Linha de Pesquisa 4: *Direito Empresarial, Econômico e Ordem Internacional.* Estudos referentes aos instrumentos sociais e econômicos aliados à atividade empresarial no mundo globalizado, interpretada em razão de sua eficácia social e constitucional, bem como das relações entre os Estados, examinadas através de problemas internos face ao Direito Internacional.

Linha de Pesquisa 5: *Direito, Cidadania e Espiritualidade.* Estudo, em perspectiva interdisciplinar, das múltiplas interfaces que se estabelecem entre os processos sociais, culturais, econômicos, políticos e os campos da subjetividade e religiosidade humanas, por meio das instituições, movimentos, organizações, práticas e experiências sociais e religiosas.

A IES mantém um Programa Institucional de Iniciação Científica, (PIC/RAÍZES), que tem o objetivo de despertar entre os estudantes, o interesse pela pesquisa. Ao longo do ano de 2021 foram realizados 16 (dezesseis) projetos, que envolveram 9 (nove) docentes. Fruto do processo de iniciação científica houveram dois artigos publicados.

Se destaca a Apresentação oral de trabalho no Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito – CAED-JUS/2021. Título do trabalho: Controle interno e



externo da administração pública federal: análise dos aparelhos públicos de combate à corrupção e à fraude. Autores: Fernando Lobo Lemes (docente) e Rubens Arcelino Feliciano Júnior (discente).



A revista Raízes no Direito é uma publicação do curso de Direito da Faculdade Raízes. É uma oportunidade para que professores, alunos, pesquisadores e profissionais, que atuam na área do Direito e afins possam publicar o resultado de suas pesquisas, suas reflexões e seus estudos jurídicos realizados por acadêmicos orientados pelos professores. No ano de 2021 houve a publicação de 7 (sete) artigos, que foram publicados no volume 10, número 1, 2021-1.

3.4 – Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas de acompanhamento aos egressos.

Está sendo desenvolvido um projeto para a assistência aos alunos egressos e, dentre as linhas de trabalho, destacam-se o auxílio de professores da instituição vinculados ao NPC e ao NPJ: naquele departamento, os egressos contam com auxílio para publicação do trabalho de conclusão de curso ou a modalidade de pesquisador



Associação Educativa Evangélica FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Plantando Conhecimento para a Vida



voluntário, onde o departamento de Egressos implementou esforços junto ao Núcleo de Pesquisa Científica para criação de um termo de voluntariado para o pesquisador egresso.

Os egressos contam com assessoria jurídica por 01 (um) ano depois de formados a fim de auxiliá-los no início da carreira como advogados, conforme políticas devidamente implantadas e em pleno funcionamento.

A Semana Virtual do Egresso aconteceu no segundo semestre de 2021 com a junção de esforços da coordenação de curso, Núcleo de Atividades Complementares e Extensão e coordenação dos egressos. Nela foi possível que por meio virtual fossem compartilhadas as experiências de alunos formados pela IES, servindo como norte para que seja aprimorado o perfil do egresso.

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Tribunal do Júri

Hélio de Oliveira Aquino
Egresso da Faculdade Raízes turma 2013/2.
Advogado Criminalista. Especialidade Tribunal do Júri. Pós-graduado em Ciências Criminais. Perito em linguagem corporal e inteligência emocional. Sócio fundador Aquino Advocacia.

Alexander C. A. da Silva
Professor da Faculdade Evangélica Raízes. Advogado.

24 de maio
18h30
@ faculdade.raizes

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL E O DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Andreza Oliveira
Bacharel em Direito pela Faculdade Evangélica Raízes (AEE) e Pós Graduada em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Damásio. Trabalhou na Central de Mandados como estagiária, no Fórum de Anápolis. Atualmente trabalha como Auxiliar de Certidões no 2º Registro de Imóveis de Anápolis.

Gabriela Naves
Advogada. Especialista em Direito Processual Civil. Mestranda em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Professora Universitária.

27 de maio
18h30
@ faculdade.raizes



Associação Educativa Evangélica FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Plantando Conhecimento para a Vida



SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 2/6

Compliance Trabalhista



Nilson Gomes
Advogado. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho Aplicado pela ATAME/DF. Bacharel em direito pela Faculdade Evangélica Raízes. Estagiário TRT 18.



Jordão Horácio
Advogado. Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade (USP). Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (Fiocruz). Membro da Comissão Nacional de Direito Médico da Associação dos Advogados Brasileiros e da Comissão de Direito Médico, Sanitário e Defesa da Saúde da OAB/GO. Membro do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA). Professor da Faculdade Evangélica Raízes.

📅 25 de maio
🕒 18h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.instagram.com/faculdade.raizes)

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 3/6

MARKETING JURÍDICO



Bruna Felipe
Advogada e Professora. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Professora de Direito Previdenciário, Trabalhista e Civil na Escola Superior de Advocacia, UNIALFA e Faculdade Raízes. Palestrante parceira da Unidade Oncológica de Anápolis e Associação dos Deficientes Físicos de Anápolis.



Gheysa Mariela Espíndola
Mestre em Direito, Coordenadora Pedagógica da Fac. Evang. Raízes e Servidora do TJGO.

📅 25 de maio
🕒 21h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.instagram.com/faculdade.raizes)

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 6/6

COMO O DIREITO PODE INFLUENCIAR SUA PROFISSÃO



Lucilaine Alexandre Oliveira
Corretora de imóveis há 17 anos. Bacharel em direito. Coordenadora do CRECI-Mulher Anápolis.



César Gratão
Advogado. Especialista em Direito Tributário pela UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina. Mestrando em Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade Evangélica de Goiás. Professor da Faculdade Evangélica Raízes. Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Evangélica Raízes. Árbitro da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem (ACIA) de Anápolis - GO.

📅 28 de maio
🕒 18h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.instagram.com/faculdade.raizes)

3.5 – Da comunicação com a sociedade.

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

A comunicação com a Sociedade ocorre por meio da página que a IES mantém na Internet, por contato telefônico, e-mail e presencial, grupos de WhatsApp e perfil no Instagram. O contato por e-mail é lido e respondido, diariamente, pela Secretária da Faculdade, constatando-se pronto atendimento.



3.6 - Política e ações de atendimento aos discentes

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Quanto a este tópico, apurou-se que a maioria dos nossos concluintes considera-se brancos e pardos/mulatos, sendo que a renda familiar está na faixa de 1,5 a 4,5 salários mínimos; mais da metade possui renda e sustenta seus estudos, porém muitos dependem de ajuda de familiares ou bolsa.

Em relação aos alunos com deficiência por baixa visão, estão em pleno funcionamento as ações implantadas, para melhor atender a estes alunos, fazendo, inclusive, solicitação de insumos apropriados aos mesmos: carteiras, cadeiras e televisão



para conexão de uma lupa que aumenta e projeta na tela as palavras e imagens de cadernos, atividades e livros.

Averiguou-se, também, que a Direção e as Coordenadorias da IES estão disponíveis e muito acessíveis para receberem, pessoalmente, os alunos; os atendimentos consistiram em: prestar esclarecimentos; ouvir, registrar e, quando possível, atender às sugestões; receber as solicitações e reclamações, providenciando as soluções ou, se necessário, encaminhando ao departamento competente; intermediar conflitos entre alunos.

Verificou-se que o acompanhamento psicopedagógico é realizado em três vertentes principais: a) Acompanhamento do aluno transferido e/ou portador de diploma, na orientação da integralização curricular. b) Disponibilização de psicólogo, para o devido acompanhamento dos casos, onde foi detectado alto índice de ansiedade, por fatores externos ao ambiente da IES (família, álcool, relacionamentos).

Destaca-se o serviço prestado pela Capelania, que cumpre a missão confessional da Instituição, que preserva os valores éticos e cristãos, com orientação para atender a formação integral do aluno.





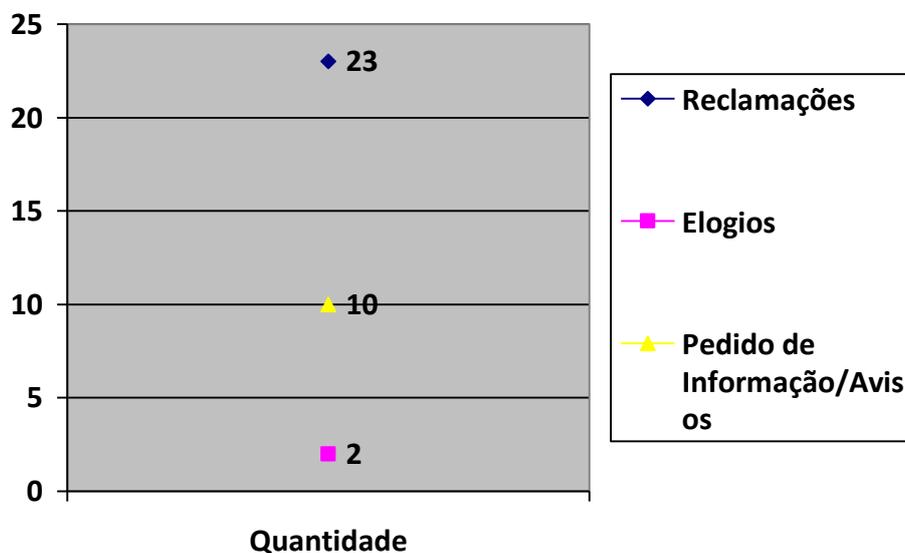
A Ouvidoria da Faculdade Raízes, implantada em 2015 foi um importante instrumento de gestão participativa utilizada pelos discentes no ano de 2016.

Todos os procedimentos tiveram como regra o sigilo e foram encaminhados aos responsáveis dos departamentos da Faculdade, onde na maioria das vezes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhava a resposta ao Ouvidor, que na função de interlocutor entre a instituição e o usuário repassou as respostas.

O Ouvidor, professor Helder Lincoln Calaça atendeu presencialmente nas segundas, terças e quinta-feira, das 19:00 às 22:40h, onde foram realizados vários atendimentos durante os quais os usuários preferiram não instaurar nenhum procedimento interno por considerarem que suas demandas foram resolvidas.

Constata-se que a Ouvidoria tem um canal de comunicação no portal <http://www.faculdaderaizes.edu.br/ouvidoria/contato/>, tem um sala na entrada da instituição, mas ainda não há pleno conhecimento da comunidade acadêmica sobre o funcionamento da mesma.

No ano de 2021, houve 35 manifestações na Ouvidoria, sendo a reclamação vem sendo o atendimento mais demandado na Ouvidoria.



TIPO DE COMUNIDADE	CATEGORIA	(QTDA)	MOTIVO	PERCENTUAL
INTERNA	IES - INFRAESTRUTURA -	8	RECLAMAÇÃO	R\$ 22,857
INTERNA	AVISOS INTERNOS MANTENEDORA	6	AVISOS	R\$ 17,143
INTERNA	PROFESSOR - APLICAÇÃO DE AVALIAÇÃO	4	RECLAMAÇÃO	R\$ 11,429
INTERNA	PROFESSOR - DURAÇÃO AULA REMOTA.	3	RECLAMAÇÃO	R\$ 8,571
INTERNA	DESCONTO MENSALIDADE PERÍODO - COVID 1	2	RECLAMAÇÃO	R\$ 5,714
INTERNA	PEDIDO DE INFORMAÇÃO REINGRESSO	2	RECLAMAÇÃO	R\$ 5,714
INTERNA	PROFESSOR - ELOGIO	2	ELOGIO	R\$ 5,714
EXTERNA	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DOCENTE	2	PEDIDO DE INFORMAÇÃO	R\$ 5,714
INTERNA	FIES -	2	RECLAMAÇÃO	R\$ 5,714
EXTERNA	COMPUTADORES BIBLIOTECA	1	PEDIDO DE INFORMAÇÃO	R\$ 2,857
EXTERNA	ATENDIMENTO NPJ	1	PEDIDO DE INFORMAÇÃO	R\$ 2,857
INTERNA	DIFICULDADE ACESSO SISTEMA REMOTO	1	RECLAMAÇÃO	R\$ 2,857
INTERNA	PROFESSOR - DIDÁTICA	1	RECLAMAÇÃO	R\$ 2,857
		35		R\$ 100,000

Os relatórios da Ouvidoria, são compartilhados com os gestores da IES e CPA Comissão Própria de Avaliação. A IES vem se apropriando das informações disponibilizadas pela Ouvidoria Institucional, servindo como instrumento de gestão participativa.

Ao se analisar as avaliações externas se destacam:

Do Resultado da Avaliação Externa – (Institucional – 2017)

Eixo 3 – Dimensão 2 – Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão.



- Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade.

- Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos Discentes.

Critério	Potencialidades	Fragilidades	Conceito
3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.	Acesso da comunidade externas de informações via telefone, cujas ligações são atendidas na secretaria geral. Portal na internet com implantação do serviço “Fale Conosco” e Ouvidoria para recebimento de críticas/sugestões por meio de formulário eletrônico e/ou presencial com encaminhamento as devidas instâncias da IES. Divulgações de Ações no site da IES.		4
3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.	<u>Existência de mecanismos de transparência institucional através da Ouvidoria e divulgações de informações no portal da IES.</u>		4

Da Renovação de Reconhecimento do Curso de Direito (2018)

Dimensão 1: Análise preliminar

2.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. 5

Justificativa para conceito 5: A atuação da CPA é de relevância evidente no aprimoramento das atividades da IES, já que são considerados os instrumentos de autoavaliação institucional, bem como os resultados das avaliações externas para determinar as ações de aprimoramento constante, relacionadas ao planejamento do curso. Demonstra-se a utilização dos resultados das avaliações feitas pela comunidade acadêmica. Há um processo definido para a autoavaliação periódica do curso. Os resultados da atuação da CPA restam demonstrados na ampliação e no melhoramento do espaço físico, na modificação do próprio PPC, na ampliação do corpo docente e na substituição de professores a partir de reclamações feitas junto à ouvidoria institucional e às direções acadêmica e pedagógica.

Todos os procedimentos tiveram como regra o sigilo e foram encaminhados aos responsáveis dos departamentos da IES, onde na maioria das vezes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhava a resposta ao Ouvidor, que na função de interlocutor entre a instituição e o usuário, repassou as respostas.



3.7 – Do programa de assistência aos egressos.

Está sendo desenvolvido um programa para a assistência aos alunos egressos e, dentre as linhas de trabalho, destacam-se o auxílio de professores da instituição vinculados ao NPC e ao NPJ: naquele departamento, os egressos contam com auxílio para publicação do trabalho de conclusão de curso ou a modalidade de pesquisador voluntário e contam com assessoria jurídica por 01 (um) ano depois de formados a fim de auxiliá-los no início da carreira como advogados.

O egresso também tem disponibilizado pela IES uma carteira, no qual continua depois de formado tendo acesso aos serviços da biblioteca.

A Semana Virtual do Egresso aconteceu no segundo semestre de 2021 através de solicitação da Coordenação Pedagógica ao Núcleo de Atividades Complementares e Extensão em parceria também com o Professor Helder, responsável pelas atividades com os egressos.

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Tribunal do Júri

Hélio de Oliveira Aquino
Egresso da Faculdade Raízes turma 2013/2.
Advogado Criminalista. Especialidade Tribunal do Júri. Pós-graduado em Ciências Criminais. Perito em Injúria corporal e Inteligência emocional. Sócio fundador Aquino Advocacia.

Alexander C. A. da Silva
Professor da Faculdade Evangélica Raízes. Advogado.

24 de maio
18h30
@ faculdade.raizes

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL E O DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Andrezza Oliveira
Bacharel em Direito pela Faculdade Evangélica Raízes (AEE) e Pós Graduada em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Damásio. Trabalhou na Central de Mandados como estagiária, no Fórum de Anápolis. Atualmente trabalha como Auxiliar de Certidões no 2 Registro de Imóveis de Anápolis.

Gabriela Naves
Advogada. Especialista em Direito Processual Civil. Mestranda em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Professora Universitária.

27 de maio
18h30
@ faculdade.raizes



Associação Educativa Evangélica FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Plantando Conhecimento para a Vida



SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 2/6

Compliance Trabalhista



Nilson Gomes
Advogado, Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho Aplicado pela Atame/DF, Bacharel em direito pela Faculdade Evangélica Raízes, Estagiário TRT 18.



Jordão Horácio
Advogado, Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade (USP), Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (Fiorucci), Membro da Comissão Nacional de Direito Médico da Associação dos Advogados Brasileiros e da Comissão de Direito Médico, Sanitário e Defesa da Saúde da OAB/GO, Membro do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA), Professor da Faculdade Evangélica Raízes.

📅 25 de maio
🕒 18h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.facebook.com/faculdade.raizes)

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 3/6

MARKETING JURÍDICO



Bruna Folipe
Advogada e Professora, Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Professora de Direito Previdenciário, Trabalhista e Civil na Escola Superior de Advocacia, UNIALFA e Faculdade Raízes, Palestrante parceira da Unidade Oncológica de Anápolis e Associação dos Deficientes Físicos de Anápolis.



Gheysa Mariela Espindola
Mestre em Direito, Coordenadora Pedagógica da Fac. Evang. Raízes e Servidora do TJGO.

📅 25 de maio
🕒 21h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.facebook.com/faculdade.raizes)

SEMANA DO EGRESSO | FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES 6/6

COMO O DIREITO PODE INFLUENCIAR SUA PROFISSÃO



Lucilaine Alexandre Oliveira
Corretora de imóveis há 17 anos, Bacharel em direito, Coordenadora do CRECI-Mulher Anápolis.



César Gratão
Advogado, Especialista em Direito Tributário pela UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, Mestrando em Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade Evangélica de Goiás, Professor da Faculdade Evangélica Raízes, Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Evangélica Raízes, Árbitro da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem (ACIA) de Anápolis - GO.

📅 28 de maio
🕒 18h30
📍 [faculdade.raizes](https://www.facebook.com/faculdade.raizes)

Do Resultado da Avaliação Externa – (Institucional – 2017)



Eixo 3 – Dimensão 2 – Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão

- Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade

- Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos Discentes.

Critério	Potencialidades	Fragilidades	Conceito
3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	Sistemática de atualização da grade curricular implantada com a participação do NDE e colegiado a fim de atualizar e revisar a matriz curricular. Desenvolvimento/utilização de material didático pedagógico coerente com ações previstas e programa de monitoria voluntária regulamentado e devidamente implantado.		4
3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (aplica-se quando previsto no PDI).	Ações Previstas no PDI, e em fase de implantação. Implantação da Pós Graduação no curso de Direito Empresarial, Direito Aduaneiro e Comércio Exterior com previsão para início das aulas no segundo semestre de 2017.	Pós Graduação ainda em fase de implantação.	3
3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Existência dos Núcleos de Pesquisa Científica (NPC) e trabalho de curso (NTC), práticas jurídicas (NPJ) e atividades complementares e de extensão. Programa de iniciação científica regulamentado e publicação na Revista “Raízes no Direito”. Participação dos discentes em grupos de pesquisa sob a orientação de um docente.		4
3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	Ações decorrentes das políticas de extensão estão muito bem implantadas por meio do Núcleo de Atividades Complementares e de Extensão – NACE com carga alocada para a coordenação e contratação de uma funcionárias de tempo integral para o atendimento IES apoia a oferta de cursos para qualificação de recursos humanos na sociedade, palestras e visitas técnicas a órgãos públicos, assim como atividades		4



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida



	esportivas.		
3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	IES atende de forma suficiente o requisito, pois incentiva a publicações científicas e ações didático, pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais através de ações do NPC (Núcleo de Pesquisa Científica) e edição na revista Raízes no direito.	Não há registro de implantação de bolsas de pesquisas/ iniciação científico-tecnológica; implantação de grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos e visitas técnicas.	3
3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.	Acesso da comunidade externas de informações via telefone, cujas ligações são atendidas na secretaria geral. Portal na internet com implantação do serviço “Fale Conosco” e Ouvidoria para recebimento de críticas/sugestões por meio de formulário eletrônico e/ou presencial com encaminhamento as devidas instâncias da IES. Divulgações de Ações no site da IES.		4
3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.	Existência de mecanismos de transparência institucional através da Ouvidoria e divulgações de informações no portal da IES.		4
3.9. Programas de atendimento aos estudantes.	Existência de programas de apoio pedagógico e financeiro. Previsto e implantado programa de apoio psicopedagógico, nivelamento, monitoria voluntária, e acompanhamento aos egressos.		4
3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	Programas previstos/implantados considerando a participação/realização de eventos, tais como visitas técnicas, palestras e semana acadêmica. Grupos de estudo, coordenados pelo NTC (Núcleo de Pesquisa Científica), cujos resultados são divulgados em eventos da Faculdade a toda comunidade acadêmica com possibilidade de publicação dos trabalhos em forma de artigo na Revista da Faculdade.		
3.11. Política e ações de acompanhamento	Ações por meio do NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas) com orientação em sua atuação profissional no início de		4



dos egressos.	carreira e assessoria jurídica gratuita até um ano após formado. Desconto especial na oferta dos cursos de Pós Graduação <i>lato sensu</i> aos egressos. Renovação permanente da carteira de usuário da biblioteca. Possibilidade de vaga de egressos na docência.		
3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	A IES atende muito bem a verificação do Egresso, considerando seu acompanhamento e inserção no mercado de trabalho.		4

Na avaliação externa para renovação do reconhecimento do Curso de Direito, realizada em 2018, constatou a evolução quanto às políticas de apoio ao discente, conforme se vê no item 2.12:

2.12. Apoio ao discente. 5

Justificativa para conceito 5: Os discentes encontram apoio desde sua entrada na instituição, seja por intermédio do exame vestibular, de transferência ou de outras modalidades. A permanência é estimulada por intermédio do oferecimento de bolsas de estudo, bolsas de iniciação e de uma mensalidade razoável para os padrões dos cursos de Direito nacionais. Há atividades de monitoria, relacionadas às disciplinas. Há atividades de nivelamento específicas, assim como cursos relacionados a disciplinas específicas, ofertados e divulgados por intermédio do sistema acadêmico e eletrônico e dos murais existentes nas salas de aula. O acompanhamento dos estágios não obrigatórios remunerados é feito por meio do sistema eletrônico, que podem, inclusive, contar como atividades complementares. Existe apoio psicopedagógico, mediante agendamento, com profissional capacitada.

Possibilita-se a participação no diretório acadêmico e na associação atlética vinculada à IES. Possibilitam-se intercâmbios nacionais e internacionais, já efetivados ou em processo de efetivação. São promovidas outras ações exitosas e inovadoras, a exemplo da computação, na carga horária das atividades adicionais, da participação em eventos científicos externos à IES. Notável, nesse mesmo diapasão, que os discentes, com apoio pedagógico, financeiro e logístico da IES, sagraram-se campeões estaduais concurso relacionado ao "júri simulado".



Assim a IES vem se esforçando para manter a qualidade da prestação de serviços oferecidos e cumprindo seus fins institucionais.

3.8 Eixo 4: Políticas de Gestão

As políticas de capacitação docente e formação continuada contribuem sobremaneira na promoção do conhecimento, além de colaborar com a atualização docente e o crescimento intelectual sistematizado. Mas também, além de uma necessidade inerente à Educação, esta política é fundamental elemento nos instrumentos avaliativos externos.

3.4.1. Seminários de Atualização Docente:

A Mantenedora – AEE – oferta semestralmente os Seminários de Atualização Docente a todas as Mantida. A Coordenação Pedagógica tendo em vista um dos objetivos institucionais de fomentar a formação profissional, incentivando a qualificação do corpo docente, sempre teve o papel interno de estimular a participação dos mesmos nos Seminários de Atualização Docente, oferecidos pela Mantenedora.

3.4.1.1 AcDoc

Importante destaque foi a ação da Mantenedora que, através da Pró-Reitoria Acadêmica, que criou no ano de 2021 a Academia de Capacitação Docente a fim de oportunizar, ainda mais, uma formação continuada aos professores, valorizando ainda mais a participação dos mesmos na promoção da aprendizagem significativa.





Em 29/07/2021, no 41. Seminário de Atualização Docente. Na foto da direita para esquerda: Professora Cristiane Bernardes, Pró-Reitora Acadêmica; Dr. Fernando Lobo Lemes, Coordenador do NTC e NPD; professor Helder, Ouvidor; professor Alexander, Coordenador do NAS; César Gratão Oliveira, Coordenador do NPJ; professora Gheysa Mariela Espindola, Coordenadora Pedagógica e professor João Victor Mota Marques, Coordenador do NACE.

As atividades realizadas pela Academia de Formação Continuada (AcDoc) são realizadas tanto em encontros presenciais, bem como por meio da plataforma disponível em: <https://acdoc.unievangelica.edu.br/> :



Se junta neste ato a programação do 41º Seminário de Capacitação Docente e Formação continuada, com o título; *“Desafios da Universidade e a posição docente frente a este processo”*:



Associação Educativa Evangélica FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES

Plantando Conhecimento para a Vida



UniEVANGÉLICA
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS

Academia de Capacitação Docente e Formação Continuada - AcDOC UniEVANGÉLICA

41º Seminário de Atualização de Práticas Docentes
DESAFIOS DA UNIVERSIDADE E A POSIÇÃO DOCENTE FRENTE A ESTE PROCESSO

Data	Horário	Atividades	Público alvo
27/07/2021	9h	ABERTURA Capelania - devocional Presidente Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária Pró-Reitora Acadêmica Reitor Carlos Hassel Mendes Conferência Magna Dr. Eli Fernandes de Oliveira	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
		Disponibilização de curso na página da AcDOC Curso On-line Assíncrono: Descomplicando o Instrumento de Avaliação de Cursos Prof. Wildenilson Sinhorini Objetivo: Clarificar os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e apresentar como estes interferem no acompanhamento pedagógico, de corpo docente e de infraestrutura. Metodologia: O curso é composto por três módulos de acordo com as dimensões do Instrumento de Avaliação de Cursos. Os docentes devem acessar a sala da AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	14h	Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou on-line)	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	19h	Curso On-line Síncrono	Exclusivo para Coordenadores de Curso e NDEs

Av. Universitária, Km. 3,5 - Cidade Universitária - Anápolis - GO - Brasil
CEP: 75083-515 - Caixa Postal 122 e 901 - www.unievangelica.edu.br



UniEVANGÉLICA
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS

		Estratégias de avaliação da aprendizagem no ensino superior: construindo um modelo estruturante (Parte 1) Prof. Alexandre Nicolini Objetivo: Orientar a condução da avaliação de aprendizagem, buscando a excelência de resultados de cursos no Ensino Superior. Metodologia: O curso é composto por dois momentos síncronos, à princípio para coordenadores e NDEs, após, será disponibilizado a todos os docentes.	
28/07/2021	9h	Microlearning: Nivelamento - ProP Evelin Soares de Oliveira Martins Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line)	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	14h	Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line)	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	19h	Curso On-line Síncrono - Estratégias de avaliação da aprendizagem no ensino superior: construindo um modelo estruturante (Parte 2): Prof. Alexandre Nicolini	Exclusivo para Coordenadores de Curso e NDEs
29/07/2021	9h	Microlearning: Interdisciplinaridade - Prof. Denis Masashi Sugita Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line) e Curso AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	14h	Gestão acadêmica: Prof. Carlos Hassel Mendes e ProP Cristiane Bernardes (Presencial)	Exclusivo para Coordenadores de Curso e NDEs
	19h	Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line) e Curso AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
30/07/2021	9h	Microlearning: Estágio não obrigatório remunerado - Prof. Ieso Costa Marques Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line) e Curso AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	14h	Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line) e Curso AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes
	19h	Planejamento Acadêmico (Presencial e/ou On-line) e Curso AcDOC	Coordenadores de Curso, NDEs e Docentes

Av. Universitária, Km. 3,5 - Cidade Universitária - Anápolis - GO - Brasil
CEP: 75083-515 - Caixa Postal 122 e 901 - www.unievangelica.edu.br



Além do Seminário de Atualização Docente, se destaca a implantação do modelo híbrido adotado pela mantenedora, no qual a IES por meio da direção e coordenação de curso reuniram regularmente com os docentes orientando e supervisionando as atividades pedagógicas:





3.9 – Processos de gestão institucional.

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

A Faculdade, em 2021, implementou o novo Regimento Geral, aprovado pelo Conselho Acadêmico Superior/CAS no final de 2020. A nova estrutura organizacional é mais enxuta e permite, segundo o entendimento da Comissão Própria de Avaliação, a participação de mais agentes da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

O Conselho Superior/CONSU, por exemplo, é o órgão máximo da Faculdade, de natureza normativa e deliberativa em instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, cuja atribuição é a de zelar pela qualidade e excelência das atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como pelas atividades administrativas da Faculdade. De acordo com o artigo 7º do Regimento Geral, o CONSU é constituído: pelo Diretor-Geral, um representante dos Coordenadores de Curso, um representante da Mantenedora, um representante discente, um representante da comunidade, dois representantes da Mantenedora e um representante técnico-administrativo.

Art. 8º Compete ao CONSU:

apreciar as alterações neste Regimento Geral, submetendo-as à aprovação da Mantenedora;
apreciar e aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os planejamentos setoriais;
propor a criação, modificação, desmembramento, fusão ou extinção de órgãos, comissões e unidades acadêmicas, administrativas ou suplementares, submetendo-o à aprovação da Mantenedora;
aprovar a criação de Unidades Locais para atividades acadêmicas presenciais, submetendo a decisão à homologação da Mantenedora;
aprovar o projeto de Avaliação Institucional proposto pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade;
aprovar as alterações nos Regulamentos das unidades acadêmicas ou administrativas que estabelecem normas gerais de funcionamento da Faculdade; aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento, o desenvolvimento e a sustentabilidade das atividades da Faculdade, ouvida a Mantenedora; aprovar a paralisação parcial ou total, em situações excepcionais não previstas no calendário letivo, das atividades acadêmicas da Faculdade; criar, organizar, modificar, suspender ou extinguir o funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação e educação profissional técnica de nível médio, em consonância com as demandas econômicas e socioculturais da sociedade, submetendo-o à aprovação da Mantenedora e, quando for o



caso, posterior aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Educação;

estabelecer a estrutura organizacional e administrativa, abrangendo recursos humanos, direitos e deveres, e os critérios de operacionalização e funcionamento, submetendo-o à aprovação da Mantenedora; estabelecer normas disciplinares visando o relacionamento justo e solidário da comunidade acadêmica;

estabelecer os critérios e a sistemática para elaboração de atos normativos dos órgãos colegiados;

exercer o poder disciplinar, originariamente ou em grau de recurso, como instância superior;

instituir símbolos, bandeiras e flâmulas;

instituir, apreciar e conceder títulos honoríficos e prêmios acadêmicos;

interpretar o presente Regimento Geral e resolver casos neles omissos;

reexaminar pedidos de reconsideração de suas deliberações quando solicitado pelo Diretor Geral ou pela Mantenedora;

reexaminar, em grau de recurso, as decisões tomadas no âmbito acadêmico e administrativo;

zelar pela realização dos objetivos institucionais da Faculdade.

exercer as demais atribuições de sua competência, por força de lei e deste Regimento Geral.

A Comissão analisa que o Conselho Superior/CONSU tem exercido um importante trabalho para o processo de regulamentação das rotinas acadêmicas. Por exemplo, o CONSU disciplinou o aproveitamento de estudos, a tutela dos tratamentos excepcionais, da Faculdade Evangélica Raízes a partir da possibilidade de ampliação da capacidade de alunos em regime presencial, o regulamento da forma de aplicação das verificações de aprendizagem e dos eventuais exames substitutivos e o processo de dependência.

A Direção-Geral, órgão executivo que planeja, organiza, dirige e controla todas as atividades acadêmicas da Faculdade, é exercida pelo Diretor-Geral, no caso da Faculdade Evangélica Raízes cumula a função com a de Coordenador de Curso.

Nessas condições, tem-se que a gestão da instituição se efetiva por meio da administração superior, composta pelo Conselho Superior/CONSU e pela Direção-Geral. A Comissão, neste primeiro ano de vigência do novo Regimento, realizou entrevistas com os órgãos institucionais e com os acadêmicos para saber deles informações sobre as potencialidades e as fragilidades da atual gestão. Os resultados foram os tabulados a seguir:



Potencialidades	Fragilidades	Ações	Sugestões
A Direção-Geral demonstra ter fácil acesso à Mantenedora e disponibilidade para resolver os problemas dos alunos	A cumulação de funções parece impedir que algumas ações sejam deliberadas sobre questões de natureza pedagógica	A Direção-Geral tem tentado exercer as funções de modo a explicitar a diferença existente entre os cargos	Aperfeiçoar os instrumentos de comunicação que permitem à comunidade acadêmica distinguir a função de cada um
É preciso estimular a autonomia da Mantida em relação à Mantenedora	A dependência da Mantida em relação à Mantenedora causa certa animosidade em razão da demora na solução de problemas	A Direção-Geral tem estimulado o contato direto dos acadêmicos com os setores da Mantenedora, como o Unisocial e o Departamento Pra Você	Promover o estabelecimento de departamentos relativamente autônomos em relação à Mantenedora, diminuindo os prazos

3.9 - Eixo 5: Infraestrutura Física .

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Conforme Plano de Avaliação Institucional do período de 2021-2023, a avaliação da estrutura física ficará para o ano de 2022/2023, não fazendo parte do primeiro relatório parcial.

4. Análise dos dados e das informações.

Os dados e as informações apresentadas no tópico acima foram analisados e discutidos com todos os atores que atuam na IES e, durante o ano de 2021, foram implementadas mudanças e melhorias embasadas nas recomendações da CPA.

Ao final do triênio, foi realizado um diagnóstico de cada tópico acima a fim de se verificar os **avanços** alcançados ao longo do ano de 2021, bem como pontuados os **desafios** que ainda deverão ser enfrentados, os quais estão descritos a seguir, onde o primeiro quadro demonstrará os avanços alcançados e o segundo os desafios a serem enfrentados:



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida





Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

Eixo 1	Aspectos levantados	Avanços	Desafios
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	Dimensão 8: Planejamento e avaliação.	<ol style="list-style-type: none">Utilização dos resultados da autoavaliação institucional para reorientação do planejamento e da ação institucional.Participação do corpo docente, discente no processo de auto avaliação institucional por meio da CPA e do colegiado do curso.Ouvidoria Institucional leva informações aos gestores sobre os acertos e desacertos da IES, se preservando o sigilo do reclamante, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da instituição.A IES se orienta por meio do resultado das avaliações externas e internas, se norteando para o aprimoramento e alcance de seus fins institucionais.	<ol style="list-style-type: none">Aprimorar o processo avaliativo do corpo administrativo e corpo docente.Aumentar a adesão da comunidade acadêmica aos processos de avaliação promovidos pela CPA.Maior divulgação dos instrumentos de avaliação, Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico do Curso a toda comunidade acadêmica, bem como o esclarecimento quanto ao aspecto democrático de participação na gestão da IES bem e sigilo dos procedimentos.Utilização dos resultados das avaliações externas e internas, a fim de corrigir as dificuldades de formação dos discentes e definir o planejamento da IES para que alcance seus objetivos institucionais.
EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 2: Políticas para o ensino, a Pesquisa e a Extensão.	<ol style="list-style-type: none">1. Programa de iniciação científico regulamentado e com publicação na Revista “Raízes no Direito”.2. Participação dos discentes em grupos de pesquisa sob a orientação de um docente.3. Disponibilização de professores para formação de grupos de trabalho ou de pesquisa a fim de atender as necessidades discentes.4. Incentivo a publicações científicas e ações didáticas, pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais através de ações do NPC (Núcleo de Pesquisa Científica).5. Temas trabalhados de forma transversal na grade disciplinar do curso de Direito. (Único Curso da IES).6. Reconhecimento pelos discentes do alto índice	<ol style="list-style-type: none">1. Melhoria de equipamentos que facilitem o uso de metodologias ativas, como aumento da velocidade do Wi-Fi, ampliação do número de computadores na sala multidisciplinar.2. Ampliar a divulgação do programa de atendimento ao estudante.3. Implementar a digitalização do processo de dispensa de disciplinar e aprimoramento dos processos que já são virtuais, a fim de dar agilidade no atendimento aos discentes junto a secretaria e coordenação pedagógica.4. Trazer a comunidade externa para dentro da IES por meio dos cursos oferecidos pelo Núcleo de Extensão.5. Aumentar a realização de campanhas de doação que envolvam a comunidade acadêmica bem como a comunidade externa.6. Conseguir junto a mantenedora orçamento fixo para



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>de aprovação no exame da OAB antes de concluírem o curso de direito.</p> <p>7. Criação de políticas para corrigir as deficiências causadas no período de pandemia.</p> <p>8. Constatação de fragilidades no corpo docente de entender a relação entre competências e habilidades na melhoria dos planos de ensino em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs para os cursos de Bacharelado em Direito, sugerindo a realização de cursos semestrais.</p> <p>9. Recomendação de se colocar nos planos de ensino as metodologias utilizadas em cada aula, envolvendo o conjunto de metodologias ativas, como aula expositiva tradicional, aula expositiva dialogada, elaboração e criação de mapas e atividades no ambiente virtual.</p> <p>10. Recomendação para que conste a indicação descritiva no plano de ensino dos instrumentos de avaliação, fragmentando a pontuação, de modo a identificar as competências e habilidades previstas nas</p>	<p>implementação de carga horária aos professores orientadores na monitoria.</p> <p>7. Manter a revista jurídica da IES atualizada.</p> <p>8. Aumentar a carga horária dos professores envolvidos com a pesquisa.</p> <p>9. Estimular a participação de acadêmicos como bolsistas de iniciação científica.</p> <p>10. Aumentar o acervo da biblioteca por livros sugeridos pelos pesquisadores.</p> <p>11. Incentivar a realizações de publicações que beneficiem a comunidade Anapolina.</p> <p>12. Criar políticas para corrigir deficiências pedagógicas causadas no período da pandemia.</p> <p>13. Realizar cursos para corrigir a dificuldade dos docentes no entendimento das competências e habilidades das Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs para os cursos de bacharelado em direito de forma semestral.</p> <p>14. Realizar cursos para atualizar os docentes quanto ao uso de metodologias ativas.</p> <p>15. Realizar cursos para capacitação docente para formular</p>
--	--	---	---



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>DCNs na aplicação de questões objetivas e discursivas.</p> <p>11. Realização de atividade de reflexão sobre a prática pedagógica e o processo de avaliação, sendo acatada a adoção de questões no modelo ENADE, preparando os acadêmicos para atividades de resolução de problemas.</p> <p>12. Implantação de matriz de referência para elaboração de provas no modelo ENADE.</p> <p>13. Constatação de dificuldade dos docentes na elaboração e os discentes na resolução de questões no modelo ENADE.</p> <p>14. Recomendação da realização de oficinas e seminários para formação docente.</p>	<p>questões no padrão ENADE.</p> <p>16. Inserir na prática pedagógica diária a aplicação de conteúdo de acordo com o critério de avaliação do ENADE.</p>
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.	<p>1. Melhoramento de atendimento da comunidade externa via telefone, cujas ligações são atendidas na secretaria geral.</p> <p>2. Implantação do serviço “Fale Conosco” e Ouvidoria para recebimento de críticas/sugestões por meio de formulário eletrônico e/ou presencial com encaminhamento as devidas instâncias da IES.</p>	<p>1. Maior divulgação do site da IES na comunidade acadêmica e que a atualização seja constante.</p> <p>2. Melhoramento do serviço da Ouvidoria com maior divulgação e conscientização quanto ao sigilo do procedimento.</p> <p>3. Que a Ouvidoria repasse de forma mais rápida relatórios as instâncias diretivas da IES recomendações para o aprimoramento do serviço prestado.</p>



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>3. Divulgação de informações institucionais por meio da WhatsApp e Instagram.</p> <p>4. Divulgações de Ações de interesse da comunidade acadêmica e externa no site da IES, com atualização diária.</p> <p>5. Existência de mecanismos de transparência institucional através da Ouvidoria e divulgações de informações no portal da IES.</p> <p>6.</p>	
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 9: Política de atendimento aos discentes.	<p>1. Manutenção e expansão de programas de apoio pedagógico e financeiro.</p> <p>2. Previsto e implantado programa de apoio psicopedagógico, nivelamento, monitoria voluntária, e acompanhamento aos egressos e atividades complementares, tais como visitas técnicas, palestras e semana acadêmica.</p> <p>3. Grupos de estudo, coordenados pelo NTC (Núcleo de Pesquisa Científica), cujos resultados são divulgados em eventos da Faculdade a toda comunidade acadêmica com possibilidade de publicação dos</p>	<p>1. Aumento de convênios junto aos órgãos públicos para oferecimento de estágio e bolsas de estudo.</p> <p>2. Aumentar a divulgação de bolsas de estágio remuneradas.</p> <p>3. Aumento de oferta de bolsas institucionais, da filantropia, PBIC, etc.</p> <p>4. Maior divulgação do serviço de apoio psicopedagógico e de orientação espiritual, este último oferecido pela Capelania Institucional.</p> <p>5. Aumentar a divulgação do Programa de Apoio ao Egresso para os acadêmicos concluintes a fim de que os mesmos</p>



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>trabalhos em forma de artigo na Revista da Faculdade.</p> <p>4. Manutenção e expansão de ações por meio do NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas) com orientação em sua atuação profissional no início de carreira e assessoria jurídica gratuita até um ano depois de formado.</p> <p>5. Desconto especial na oferta dos cursos de Pós Graduação lato sensu aos egressos.</p> <p>6. Renovação permanente da carteira de usuário da biblioteca.</p> <p>7. Incentivo dos egressos na carreira da docência.</p> <p>8. Disponibilizado carga horária a professor coordenar os trabalhos de acompanhamento aos egressos da IES.</p> <p>9. Atuação da Capelania Institucional no apoio aos discentes, docentes e corpo técnico administrativo, cumprindo com a missão confessional da IES.</p>	<p>possam usufruir dos serviços oferecidos.</p> <p>6. Aumentar o percentual de desconto dado aos egressos no curso de pós-graduação oferecido pela IES e nos oferecidos pela mantenedora.</p> <p>7. Criar políticas para incentivar os egressos a prosseguirem na carreira docente.</p> <p>8. Maior rapidez da divulgação dos dados da pesquisa de acompanhamento da situação socioeconômica dos egressos nas instâncias superiores da IES a fim de contribuir na orientação quanto à definição do perfil do egresso.</p>
EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.	Dimensão 5: Políticas de Pessoal	<p>1. A IES proporciona oportunidade para realização de cursos e outras ações de capacitação.</p> <p>2. Implantação pela mantenedora da academia</p>	<p>1. Proporcionar que o corpo técnico administrativo aprimore as rotinas por meio de cursos e treinamentos.</p> <p>2. Receber incentivo financeiro e orçamentário da</p>



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		docente AcDoc.	mantenedora para que o corpo docente tenha acesso ao mestrado e doutorado.
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.	<ol style="list-style-type: none">1. Gestão institucional com práticas de transparência de ações, participação e representatividade dos professores, técnicos, estudantes e comunidade, organizada nas instâncias do CONSU.2. Manutenção e aprimoramento do sistema de registro acadêmico, considerando a implantação do sistema LYCEUM da THECHNE de apoio a gestão acadêmico-financeira, bem como no Ambiente Virtual (AVA)3. Regulamentação das rotinas acadêmicas pelo CONSU;4. Constatação de que a Direção-Geral tem fácil acesso a mantenedora para resolver problemas dos alunos.	<ol style="list-style-type: none">1. Manter a gestão participativa com representatividade de toda comunidade acadêmica, corpo técnico administrativo e sociedade civil nas instâncias do CONSU.2. Manter a transparência dos atos de gestão e celeridade nas suas ações.3. Fazer uma reanálise dos fluxos de trabalho a fim de melhorar a prestação de serviço de ensino.
EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.	Dimensão 10: Sustentabilidade	Avaliação prevista para 2022 e 2023,	Avaliação prevista para 2022 e 2023,



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

	Financeira	conforme Plano de Avaliação Institucional.	conforme Plano de Avaliação Institucional.
EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA	Dimensão 7: Infraestrutura Física	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.



4.1- Alcance dos objetivos propostos no PDI.

De acordo com a Nota Técnica 065/INEP/DAES/CONAES, além do diagnóstico a respeito da IES, dos avanços e desafios a serem enfrentados, também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A IES objetiva aprimorar continuamente sua prestação de serviços no ensino do Curso de Direito articulado à pesquisa e à extensão, com base na qualidade social e na excelência acadêmica e pedagógica. Essa visão apoia-se nas demandas por ensino superior, necessário à formação do cidadão, como resposta à premência do desenvolvimento regional, buscando a inserção sociocultural e produtiva, de modo a contribuir para a elevação dos níveis de qualidade de vida e dignidade da coletividade. Assim, as informações apresentadas sintetizam o balanço no ano de 2021:

Objetivo	Desenvolver o vínculo entre os processos de avaliação interna e externa, contribuindo para a transformação qualitativa da educação superior, com o melhoramento acadêmico pedagógico e maior eficiência na gestão, sendo o processo avaliativo condição básica para o desenvolvimento institucional.
Meta(s)	<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional, analisando o histórico da IES, o conceito de avaliações externas e internas, proporcionando a evolução institucional a partir do processo avaliativo.• Realizar o processo de auto avaliação institucional para que seja utilizado como instrumento de gestão e ação acadêmico-administrativa de melhoria.• Promover a sensibilização e apropriação dos resultados do processo avaliativo a todos os seguimentos da comunidade acadêmica.• Garantir a participação da sociedade civil organizada e todos os seguimentos da comunidade acadêmica, com instrumentos de abrangência e coleta e índice de participação crescente.• Elaborar relatórios de auto avaliação de acordo com o planejamento avaliativo, propiciando mudanças inovadoras na gestão da IES.• Divulgar os resultados do processo de autoavaliação e avaliações externas por meio de



	relatórios analíticos, proporcionando a apropriação a toda comunidade acadêmica.
	<ul style="list-style-type: none">• Utilização dos resultados da autoavaliação institucional para reorientação do planejamento e da ação institucional.• Participação do corpo docente, discente no processo de auto avaliação institucional por meio da CPA e do colegiado do curso.• Ouvidoria Institucional leva informações aos gestores sobre os acertos e desacertos da IES, se preservando o sigilo do reclamante, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da instituição.• A IES se orienta por meio do resultado das avaliações externas e internas, se norteando para o aprimoramento e alcance de seus fins institucionais.• Utilização dos resultados do ENADE no planejamento acadêmico, a fim de promover melhorias no Curso.• Sistematização e integração dos resultados das avaliações externas, que orientaram o planejamento das melhorias institucionais; consolidação dos processos, meios de divulgação e discussão dos resultados da autoavaliação.

Objetivo	Promover a sistemática atualização curricular, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Bacharelado em Direito e suas atualizações, bem como a realidade socioeconômica e cultural da região
Meta(s)	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para a elevação do desenvolvimento sustentável da região, com mobilidade e justiça social.• Fortalecer as atividades do Núcleo de Prática Jurídica e do Núcleo de Trabalho de Curso, buscando o desenvolvimento didático-pedagógico da formação profissional• Promover atividades que busquem a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Temas trabalhados de forma transversal na grade disciplinar do curso de Direito. (Único Curso da IES).• Disponibilização de professores para formação de grupos de trabalho ou de pesquisa a fim de atender as necessidades discentes.• Incentivo a publicações científicas e ações didáticas, pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais através de ações do NPC (Núcleo de Pesquisa Científica).• Constatação de fragilidades no corpo docente de entender a relação entre competências e habilidades na melhoria dos planos de ensino em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs para os cursos de Bacharelado em Direito, sugerindo a realização de cursos semestrais.• Recomendação de se colocar nos planos de ensino as metodologias utilizadas em cada aula, envolvendo o conjunto de metodologias ativas, como aula expositiva tradicional, aula expositiva dialogada, elaboração e criação de mapas e atividades no ambiente virtual.	



- Recomendação para que conste a indicação descritiva no plano de ensino dos instrumentos de avaliação, fragmentando a pontuação, de modo a identificar as competências e habilidades previstas nas DCNs na aplicação de questões objetivas e discursivas.
- Realização de atividade de reflexão sobre a prática pedagógica e o processo de avaliação, sendo acatada a adoção de questões no modelo ENADE, preparando os acadêmicos para atividades de resolução de problemas.
- Implantação de matriz de referência para elaboração de provas no modelo ENADE.
- Constatação de dificuldade dos docentes na elaboração e os discentes na resolução de questões no modelo ENADE.
- Recomendação da realização de oficinas e seminários para formação docente.

Objetivo	Incentivar a produção de material didático-pedagógico pelos professores, em linguagem acessível e compatível com as turmas.
Meta(s)	Promover palestras, no âmbito do Seminário de Práticas Docentes, que busquem ensinar o docente a produzir o seu material didático e a inseri-lo no repositório institucional como parte de sua produção técnica
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Realização de seminário de atualização docente pela IES.• Realização do 41º Seminário de Atualização docente sendo instituída a Academia de Formação Continuada (AcDoc).	

Objetivo	Promover a sistemática implantação/oferta de componentes curriculares nas modalidades semipresencial e 100% on-line
Meta(s)	Realizar estudos que permitam indicar os componentes curriculares a serem ofertados na modalidade semipresencial e 100% on-line.
<ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de disciplinas 100% presenciais como Leitura e Interpretação de Texto, Economia.	

Objetivo	Implantar o Programa de Monitoria e de Nivelamento, com a publicação de editais que prevejam os componentes curriculares, a forma de acompanhamento e avaliação a serem desenvolvidos.
Meta(s)	Ampliar a oferta do Programa de Monitoria e de Nivelamento, de modo a abranger progressivamente um número de monitores que atenda à demanda de acadêmicos da IES
Promover o Programa de Nivelamento por meio de conteúdos e atividades postados em	



	Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• O programa de monitoria está previsto e implantado, no entanto não houve adesão.• Programa de Nivelamento em Língua Portuguesa: realiza o diagnóstico do desempenho, em Língua Portuguesa, dos acadêmicos ingressantes e oferece acompanhamento pedagógico por meio de aulas, atividades e retomada qualificada dos conteúdos. O Programa orienta os acadêmicos, por meio de conferências e grupos de estudo, nos aspectos relativos ao desenvolvimento das rotinas acadêmicas, dos processos metacognitivos e do desenvolvimento da identidade profissional.	

Objetivo	Implantar cursos de pós-graduação lato sensu na área das Ciências Sociais e afins, promovendo a formação continuada do egresso.
Meta(s)	Identificar as áreas de interesse dos acadêmicos para o aperfeiçoamento profissional em nível de pós-graduação e preparar um curso que esteja voltado às necessidades locais e regionais.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Implantação prevista para os anos 2022/2023.	

Objetivo	Aplicar metodologias ativas de ensino na sala de aula, buscando a centralidade do acadêmico e do seu processo de aprendizagem.
Meta(s)	Estudar sobre as metodologias ativas e sobre sua contribuição para o ensino do Direito Identificar possíveis ferramentas e instrumentos que podem auxiliar o professor no ensino dos conteúdos jurídicos
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Adequação dos planos de ensino as metodologias utilizadas em cada aula, envolvendo o conjunto de metodologias ativas, como aula expositiva tradicional, aula expositiva dialogada, elaboração e criação de mapas e atividades no ambiente virtual.	

Objetivo	Incentivar a produção intelectual por meio do Trabalho de Conclusão de Curso, da elaboração de artigos científicos e da participação da comunidade acadêmica de eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais.
Meta(s)	Organizar Grupos de Estudo para discutir temas transversais ou curriculares, importantes para a formação do acadêmico de Direito. Incentivar a atividade de orientação, de pesquisa e de publicação, buscando dar visibilidade à



	importância da pesquisa para a formação de um cidadão consciente e crítico
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Programa de iniciação científica previsto e implantado, (PIC/RAÍZES), sendo realizado ao longo do ano de 2021 16 (dezesesseis) projetos, que envolveram 9 (nove) docentes, sendo dois artigos publicados.• Apresentação oral de trabalho no Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito – CAED-JUS/2021. Título do trabalho: Controle interno e externo da administração pública federal: análise dos aparelhos públicos de combate à corrupção e à fraude. Autores: Fernando Lobo Lemes (docente) e Rubens Arcelino Feliciano Júnior (discente).• A revista Raízes no Direito é uma publicação do curso de Direito da Faculdade Raízes. É uma oportunidade para que professores, alunos, pesquisadores e profissionais, que atuam na área do Direito e afins possam publicar o resultado de suas pesquisas, suas reflexões e seus estudos jurídicos realizados por acadêmicos orientados pelos professores. No ano de 2021 houve a publicação de 7 (sete) artigos, que foram publicados no volume 10, número 1, 2021-1	

Objetivo	Promover ações de extensão universitária, buscando a aproximação do ambiente acadêmico da comunidade local.
Meta(s)	Realizar atividades de atendimento à população, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, no Escritório Modelo de Atividades Jurídicas/EMAJ, na sala de atendimento do Juizado da Infância e Juventude ou da Justiça Federal.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Destaca-se o convênio existente entre a Faculdade Raízes e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para atuação no Juizado da Infância e Juventude, onde o Núcleo de Prática Jurídica atua com status de Defensoria Pública e atuou em vários processos de apuração de atos infracionais e processos cíveis, sem custo nenhum ao cidadão, possibilitando, assim, pleno acesso à justiça ao jurisdicionado e proporcionando um rico conhecimento aos acadêmicos.• Atendimento no Escritório Modelo de Atividades Jurídicas/EMAJ, nas áreas cível, criminal, família, saúde.• Atendimento na Justiça Federal, por meio de atermações, atendendo a comunidade que se enquadra no perfil de assistência judiciária, bem como sendo nomeado como curador em processos: previdenciários, monitorias, execuções fiscais, criminais, cíveis.	

Objetivo	Desenvolver estudos que permitam a curricularização da extensão.
Meta(s)	Introduzir, na matriz curricular, a extensão, como atividade que esteja diluída em todos os semestres.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Processo de curricularização da extensão em fase de implantação, conforme orientação da mantenedora, devendo ser implementado a partir da matriz de 2022, a fim de atender a Resolução-MEC Número 07, de	



18 de Dezembro de 2018.

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de grupos de estudo e pesquisa com a divulgação e implementação de medidas em prol da comunidade científica jurídica.
Meta(s)	Criar grupos de debate, monitoria e estudos e a fomentar a iniciação científica. Estimular a realização de palestras e debates no ambiente acadêmico.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Programa de iniciação científica previsto e implantado, (PIC/RAÍZES), sendo realizado ao longo do ano de 2021 16 (dezesesseis) projetos, que envolveram 9 (nove) docentes, sendo dois artigos publicados.• Realização de semana Jurídica Virtual no ano de 2021.	

Objetivo	Promover a integração da extensão com a prestação de atividades e medidas de apoio para a comunidade.
Meta(s)	Firmar parcerias com órgãos para promoção da educação da sociedade. Criar grupos de apoio à repressão de atos de violência doméstica.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Em fase de implementação com previsão de início para 2022.	

Objetivo	Implementar sistemas para facilitar a comunicação entre a IES e o estudante, bem como exercer a interação com a sociedade.
Meta(s)	Fomentar a aquisição de instrumentos digitais para atendimento dos alunos e da sociedade, especialmente no âmbito do NPJ. Fortalecer o diálogo e a comunicação entre estudantes e órgãos da IES.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Já estão em pleno funcionamento o site institucional, central telefônica, e-mail institucional, Sistema Acadêmico Lyceum, Ambiente Virtual AVA, Whatsapp, Facebook e Instagram.	

Objetivo	Estimular o aperfeiçoamento permanente e continuado dos recursos humanos – docentes técnicos administrativos.
Meta(s)	Promover a formação continuada do corpo docente e corpo técnico administrativo.



	Ampliar o número de mestres e doutores, por ano, em no mínimo 3% do total dos docentes da Instituição.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• A IES proporciona oportunidade para realização de cursos e outras ações de capacitação.• Implantação pela mantenedora da academia docente AcDoc.	

Objetivo	Implementar políticas de gestão e desenvolvimento da instituição, viabilizando meios de consolidar as estruturas administrativas, e acadêmicas da IES.
Meta(s)	Garantir a autonomia e representatividade dos órgãos gestores com a participação de técnicos administrativos, discentes, docentes, sociedade civil organizada.
Ações Associadas	
<ul style="list-style-type: none">• Gestão institucional com práticas de transparência de ações, participação e representatividade dos professores, técnicos, estudantes e comunidade organizada nas instâncias do CONSU.• Manutenção e aprimoramento do sistema de registro acadêmico, considerando a implantação do sistema LYCEUM da THECHNE de apoio a gestão acadêmico-financeira, bem como no Ambiente Virtual (AVA)• Regulamentação das rotinas acadêmicas pelo CONSU;• Constatação de que a Direção-Geral tem fácil acesso a mantenedora para resolver problemas dos alunos.	

5. Ações com base na análise

6.

A autoavaliação, desempenhada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como meta tornar a prática avaliativa uma ação norteadora, na perspectiva de o autoconhecimento e reflexão dos resultados possam contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão administrativa. Desta forma, é fundamental que cada instituição se (re)conheça de modo sistemático e mantenha-se firme na busca por melhoria em diversas dimensões e no fortalecimento de suas relações com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Este trabalho é fruto da trajetória percorrida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, durante o processo de autoavaliação institucional, realizado na Faculdade Raízes, com base no período avaliativo de 2021. Os resultados congregam a interpretação da comunidade à



luz do PDI, trazendo ainda sugestões de ações, cujo objetivo é apontar o caminho para uma aproximação à melhoria da qualidade da educação superior e aos anseios da comunidade acadêmica. A autoavaliação embora focalize aspectos essenciais para oferta de educação superior de qualidade, e proporcione informações significativas, para a construção de uma cultura avaliativa institucional neste sentido deve-se priorizar o processo e não apenas os produtos e/ou resultados obtidos.



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

EIXO	DIMENSÃO	FRAGILIDADES	AÇÕES DESENVOLVIDAS OU EM DESENVOLVIMENTO
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	Dimensão 8: Planejamento e avaliação.	<p>O Processo avaliativo não contempla de forma mais abrangente o corpo docente e o corpo técnico administrativo.</p> <p>O corpo discente tem desconfiança do processo de avaliação institucional.</p> <p>O processo avaliativo tira o corpo discente da sala de aula.</p> <p>O Corpo discente teve uma baixa avaliação no ENADE</p>	<p>Aprimorar o processo avaliativo do corpo administrativo e corpo docente, por meio de questões específicas e aplicação periódica.</p> <p>Utilização a plataforma pedagógica <i>Lyceum</i>, para que a avaliação seja feita de modo cômodo e sem comprometer o período de aula.</p> <p>Aumentar a divulgação dos instrumentos de avaliação bem como o esclarecimento quanto ao aspecto democrático de participação na gestão da IES bem como o sigilo dos procedimentos.</p> <p>Utilização dos resultados das avaliações externas a fim de corrigir as dificuldades de formação dos discentes e definir o planejamento da IES para que alcance seus objetivos institucionais.</p>
EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.




Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 2: Políticas para o ensino, a Pesquisa e a Extensão.	Há previsão de implantação de programa de Pós Graduação. A utilização de metodologias ativas encontra entraves na falta de estrutura. Os discentes não tem conhecimento do programa de atendimento aos estudantes. Baixa hora aula para os professores dedicados a pesquisa.	Implantação da Pós Graduação até 2023. Melhora de equipamentos que facilitem o uso de metodologias ativas, como aumento da velocidade do Wi-Fi, ampliação do número de computadores na sala multidisciplinar, bem como promover o treinamento dos professores. Ampliar a divulgação do programa de atendimento ao estudante. Aumentar a carga horária dos professores envolvidos com a pesquisa.



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>Baixa adesão às ofertas de iniciação científica.</p> <p>Acervo da biblioteca não contém os livros utilizados nos processos de pesquisa.</p> <p>Ausência de pesquisas sobre a cidade de Anápolis.</p> <p>O corpo docente tem dificuldade de entender a relação entre competências e habilidades na melhoria dos planos de ensino em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCNs para os cursos de Bacharelado em Direito, sugerindo a realização de cursos semestrais.</p>	<p>Manter a revista jurídica da IES atualizada.</p> <p>Estimular a participação de acadêmicos como bolsistas de iniciação científica.</p> <p>Aumentar o acervo da biblioteca por livros sugeridos pelos pesquisadores e dar publicidade a minha biblioteca, que contém livros atualizados.</p> <p>Incentivar a realizações de publicações que beneficiem a comunidade Anapolina.</p> <p>Realização de seminários e oficinas que desenvolvam os docentes quanto a identificação das habilidades e competências previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado em direito.</p>
--	--	--	---



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		<p>O corpo docente tem resistência quanto à implantação de metodologias ativas.</p> <p>O corpo docente tem dificuldade de elaborar e os docentes de resolver provas no modelo ENADE.</p>	<p>Realizar seminários e oficinas que treinem os docentes na utilização de metodologias ativas.</p> <p>Realizar seminários e oficinas que treinem os docentes na elaboração de provas no modelo ENADE.</p>
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.	<p>O site da IES está sempre desatualizado.</p> <p>Não existe canal de comunicação institucional.</p> <p>A gestão da IES toma decisões sem levar em conta as demandas da Ouvidoria.</p>	<p>Maior divulgação do site da IES na comunidade acadêmica e que a atualização seja constante.</p> <p>Implantação e melhoramento do serviço da Ouvidoria com maior divulgação e conscientização quanto ao sigilo do procedimento.</p> <p>Que a Ouvidoria repasse de forma mais rápida relatórios as instâncias diretivas da IES recomendações para o aprimoramento do serviço prestado.</p>
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	Dimensão 9: Política de atendimento aos	<p>Os acadêmicos têm dificuldades de encontrar locais para estagiar.</p>	<p>Aumento de convênios junto aos órgãos públicos para oferecimento de estágio e bolsas de estudo.</p>



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

	discentes.	<p>É frágil a divulgação das bolsas de estágio remunerado.</p> <p>Os estudantes com necessidades psicopedagógicas e de apoio espiritual.</p> <p>O desconto dados na Pós Graduação da IES ou demais mantidas é baixo. (10%)</p> <p>O departamento de egressos demora a enviar os dados da pesquisa socioeconômica dos egressos, dificultando o processo de formação de políticas educacionais.</p>	<p>Aumentar a divulgação de bolsas de estágio remuneradas.</p> <p>Aumento de oferta de bolsas institucionais, da filantropia, PBIC, etc.</p> <p>Maior divulgação do serviço de apoio psicopedagógico e de orientação espiritual, este último oferecido pela Capelania Institucional.</p> <p>Aumentar o percentual de desconto dado aos egressos no curso de pós-graduação oferecido pela IES e nos oferecidos pela mantenedora.</p> <p>Maior rapidez da divulgação dos dados da pesquisa de acompanhamento da situação socioeconômica dos egressos nas instâncias superiores da IES a fim de contribuir na orientação quanto à definição do perfil do egresso.</p>
EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.	Dimensão 5: Políticas de Pessoal	O corpo técnico administrativo tem poucas oportunidades de aprimoramento profissional e educação continuada.	Proporcionar que o corpo técnico administrativo aprimore as rotinas por meio de cursos e treinamentos.



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		O corpo docente não tem apoio da mantenedora para cursar mestrado ou doutorado.	Receber incentivo financeiro e orçamentário da mantenedora para que o corpo docente tenha acesso ao mestrado e doutorado.
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.	As decisões institucionais são tomadas de forma isolada e sem participação dos demais atores da IES. Departamentos da IES com acúmulo de trabalho e baixa produtividade.	Manter a gestão participativa com representatividade de toda comunidade acadêmica, corpo técnico administrativo e sociedade civil nas instâncias do colegiado. Manter a transparência dos atos de gestão e celeridade nas suas ações. Fazer uma reanálise dos fluxos de trabalho a fim de melhorar a prestação de serviço de ensino.
EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.
EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA	Dimensão 7: Infraestrutura Física	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação	Avaliação prevista para 2022 e 2023, conforme Plano de Avaliação Institucional.



Associação Educativa Evangélica
FACULDADE EVANGÉLICA RAÍZES
Plantando Conhecimento para a Vida

		Institucional.	
--	--	----------------	--



Findos os trabalhos, com a divulgação dos resultados por meio de reunião com o corpo docente, corpo discente, pessoal técnico-administrativo, restou a certeza que a autoavaliação na Faculdade Raízes é um processo participativo e sistemático e configura-se em importante estratégia para o exercício da gestão participativa e para a tomada de decisões em relação ao pensar e ao agir institucional, na busca da qualidade do ensino oferecido.

Anápolis, 31 de Março de 2022.

Helder Lincoln Calaça
Representante Docente – Coordenador da CPA

Fábio Norberto de Souza
Representante técnico-administrativo

Luane Silvia Crispim Leal
Representante Discente

Dr. Ezequiel José Leal
Representante Sociedade Civil

Djalma Maciel de Lima
Representante da Mantenedora Associação Educativa Evangélica